

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

JÉSSICA DE LIMA DA SILVA

**"NOSSA LUTA É A TERRA": construção de uma identidade negra
quilombola no município de Guáira, PR (1960-2014)**

Marechal Cândido Rondon

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

JÉSSICA DE LIMA DA SILVA

**"NOSSA LUTA É A TERRA": construção de uma identidade negra
quilombola no município de Guáira, PR (1960-2014)**

Dissertação apresentada como requisito
para conclusão de curso de pós-graduação
nível mestrado em História, na Universidade
Estadual do Oeste do Paraná.
Orientador: Marcos Nestor Stein

Marechal Cândido Rondon

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S586n Silva, Jéssica de Lima da
"Nossa luta é a terra": construção de uma identidade
negra quilombola no município de Guaíra, PR (1960-2014)
/ Jéssica de Lima da Silva. - Marechal Cândido Rondon, 2015.
1052 p.

Orientador: Dr. Marcos Nestor Stein

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Quilombolas. 2. Negros - Guaíra (PR). 3. Posse da
terra - Guaíra (PR). I. Stein, Marcos Nestor. II. Título.

CDD 22.ed. 981.62

305.896

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2015, às 15h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Marcos Nestor Stein (orientador) (UNIOESTE), Dr^a Beatriz Anselmo Olinto (UNICENTRO) e Dr^a Geni Rosa Duarte (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho “*Nossa Luta é a Terra: construção de uma identidade negra quilombola no município de Guaíra, PR (1960-2014)*”, apresentado pela pós-graduanda **Jéssica de Lima da Silva** para a obtenção do título de “Mestra em História” no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Marcos Nestor Stein, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 27 de fevereiro de 2015.

Marcos Nestor Stein

Orientador

Beatriz Anselmo Olinto

Membro

Geni Rosa Duarte

Membro

Jéssica de Lima da Silva
pós-graduanda

AGRADECIMENTOS

Mesmo correndo o risco de ser injusta com as pessoas que tornaram o fazer desse trabalho possível, me aventuro a redigir esses agradecimentos.

A todos os quilombolas da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Vocês são a razão de esse trabalho existir. Minha trajetória de vida, com certeza mudou, desde que os conheci. Minhas leituras de vida e de mundo ganharam contribuições sem escala na companhia de vocês. Seu exemplo de luta me encoraja a seguir combatendo o bom combate, um combate por terra, por dignidade, pelo direito de existir e ser diferente. Serei eternamente grata por todo carinho, respeito e amor que recebi nos momentos que compartilhamos.

Ao Marcos Stein, pela orientação desse trabalho. Muito obrigada pela paciência e disposição em me orientar nessa caminhada! Sei que, muitas vezes, deixei a desejar, mas reconheço sua humanidade ao entender meus motivos e me dar ânimo para continuar escrevendo, continuar questionando, continuar caminhando! Sempre o admirei muito como professor, desde a graduação, e foi uma honra poder contar com suas contribuições nessa etapa. Muito obrigada!

A professora Beatriz, pelas contribuições tão pontuais durante as bancas de qualificação e defesa, e também durante os eventos. Seu olhar sempre me permitiu olhar para o meu trabalho de forma renovada, entusiasmada! Muito obrigada pela disposição em colaborar!

A professora Geni Rosa Duarte, que me acompanha desde a graduação nessa pesquisa, e sempre lança importantes questões sobre o tema. Geni, muito obrigada pelo carinho e compreensão com os meus limites! Minha admiração por você é imensa! Muito obrigada!

Ao professor Robson Laverdi, mesmo que a vida tenha insistido em nos separar desde a graduação, não é? Seu entusiasmo e energia me motivam como profissional. Você tem todo meu respeito e carinho sempre! Obrigada por ter participado dessa jornada comigo!

Aos companheiros de vida acadêmica, desde a graduação até o mestrado. Agradeço por todas as discussões, contribuições, parceria nos momentos mais alegres e mais tensos dessa caminhada. Um muito obrigada especial a Nicheli e André, que sempre me receberam e aguentaram durante tantos anos de idas e vindas de Rondon. Vocês são amigos maravilhosos, são exemplos de força e dedicação! Sem vocês, a batalha teria sido muito mais difícil de suportar!
Obrigada por tudo!

Às queridas Gabriela e Raquel pela amizade, apesar da distância. Com vocês, estou sempre revendo meus conceitos, na pesquisa, na vida! Obrigada pela amizade, pela parceria, por todas as caronas e cafés (Raquel), por todas as conversas cibernéticas e planos de viagem (Gabe)! Muito obrigada por me mostrarem o valor de ter amigas!

À minha família pela fortaleza constante. E esse talvez seja o agradecimento mais difícil, porque é um agradecimento pela vida! Desde pequena, vocês me ensinam importantes lições, tantas que é impossível enumerar. Acredito que minha única forma possível de agradecimento é buscar honrar o exemplo que aprendi com vocês, sendo uma pessoa íntegra, honesta, sensível com o outro, sem preconceitos, que luta contra toda forma de ódio e injustiça. Com vocês, aprendi o amor incondicional, sem diferença de credo, de cor, de religião, de classe social. Mãe, você é tudo pra mim! Pai, você é tudo pra mim! Muito obrigada pelo exemplo maravilhoso que me dão dia após dia! Sou imensa e eternamente grata por tudo! É por vocês que a cada dia eu acordo e decido seguir lutando.

Natália, você me mostra todo dia como é possível ser forte e permanecer doce. Você é o lado humano de mim! Muito obrigada por me ouvir choramingar sobre a vida e seguir me apoiando, mesmo quando tudo perdia o sentido pra mim. Você é mais forte do que pensa e me ajudou a perceber que eu também sou! Monique e Nicole, minhas maninhas, pelo carinho gostoso de ter irmãs tão jovens e felizes, com uma visão deliciosamente otimista da vida! Por me ajudarem a acreditar na importância de ser educadora, por renovarem a cada sorriso minha crença no ser humano. Vocês são joias na minha vida!

Ao Marcos, pelo carinho e apoio de sempre. Por me fazer perceber força em mim toda vez que eu já não acreditava que conseguiria. Seu exemplo de vida, seus puxões de orelha, sua força e seu colo foram fundamentais para que esse trabalho fosse concluído. Obrigada por ser esse companheiro presente, amoroso, crítico, livre! Obrigada por ser realmente um companheiro, em toda força da palavra! Obrigada por me ensinar todo dia a olhar para o mundo e para dentro de mim de uma forma diferente! Se eu pudesse mostrar tudo o que você me deu... Muito obrigada!

Finalizar esse trabalho foi um processo doloroso, tanto por questões pessoais, como pelo apego ao exercício constante da pesquisa e a sensação de incapacidade de concluir um trabalho satisfatório. Despeço-me dessa importante etapa da minha formação parcialmente frustrada por não conseguir "abraçar o mundo" com análises mais rigorosas, e, portanto, mais ricas. Ao mesmo tempo, também me sinto com energia renovada para outros projetos, que possam dar continuidade e sentido a esse trabalho. A eterna questão de qual o papel de nossas pesquisas, fora a interação com os pares, permanece e buscarei respondê-la através de novas formas para o velho trabalho de pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa pretende, através do uso de fontes orais, analisar as identidades em construção da família Manoel Ciríaco dos Santos, no período compreendido entre a chegada da família à Guaíra, nos anos 60, até os dias atuais, especialmente desde seu reconhecimento como quilombola em 2006. O objetivo é compreender de que forma essas identidades tem sido construídas, quais os sentidos atribuídos à trajetória familiar. A família reivindica atualmente o status de comunidade quilombola, com um passado negro a ser reparado pelas políticas públicas. Também é objetivo desse trabalho perceber como essa construção de identidades tem influenciado na relação que se estabelece com os demais proprietários de terra da região, uma vez que a posse coletiva de terra tem sido reivindicada pelos quilombolas. Para tanto, além das fontes orais, utilizamos jornais e documentos jurídicos, como denúncias do Ministério Público Federal.

PALAVRAS-CHAVE: quilombolas, identidades, história rural, posse coletiva de terras.

ABSTRACT

This research intends, through the use of oral sources, to analyse the identities in construction of the Manoel Ciríaco dos Santos' family, in the period between the family arrival in the 1960's until today, especially since they were recognized as quilombolas in 2006. The object is to comprehend in what way these identities have been constructed and what are the meanings attributed to the family trajectory. The family actually claims the status of a quilombola community, with a black past to be repaired by public politics. It's also an objective of this work to perceive how this identity construction has influenced in the relation with the other land owners of the region, once that the land collective ownership has been claimed by quilombolas. Thus, besides the oral sources, we used newspapers and legal documents, such as denounces from the Federal Public Ministry.

KEY-WORDS: quilombolas, identities, rural history, land collective ownership

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da população negra e comunidades quilombolas no Estado do Paraná.....	32
Figura 2 - Horta orgânica da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Ao fundo, plantação de monocultura (milho). 27 de novembro de 2007.	58
Figura 3 - Horta orgânica da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Ao fundo, plantação de monocultura (milho). 23 de julho de 2014.	59
Figura 4 - Prática de capoeira no barracão da Comunidade.....	65
Figura 5 - Aula de capoeira na Comunidade com o mestre Djalma	66
Figura 6 - Membros da Comunidade Quilombola, mestres de capoeira e vizinhos após aula de capoeira	67
Figuras 7 e 8 - Prática de capoeira durante visita do Colégio Estadual Wilson Joffre, de Cascavel.....	67
Figura 9 - Fotografia de moradora da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos	69
Figura 10 - Aula de artesanato com fibra de bananeira, ministrado pelo SENAR/PR.....	70
Figura 11 - Barracão na Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos	71
Figura 12 - Exposição de cartazes e artesanato com fibra de bananeira no barracão da Comunidade.....	72
Figura 13 - Fotografias dos patriarcas Manoel (que dá nome à comunidade) e sua esposa Ana. Em exposição no barracão da Comunidade.....	74
Figura 14 - Objetos em ferro e argila expostos no barracão da Comunidade ..	75
Figura 15 - Objetos em argila expostos no barracão da Comunidade	75
Figura 16 - Pilão para moagem de grãos, exposto no barracão da Comunidade	76
Figura 17 - Cartaz sobre a trajetória histórica da família Manoel Ciríaco dos Santos.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS, IDENTIFICAÇÕES E MIGRAÇÕES	19
1.1 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO.....	19
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS NO BRASIL (1988-2013)....	25
1.3 GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA: QUILOMBOLAS NO PARANÁ..	30
1.4 ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA MANOEL CIRÍACO A GUAÍRA E RECONHECIMENTO COMO QUILOMBOLAS.....	35
CAPÍTULO II - DE FAMÍLIA CIRÍACO DOS SANTOS A COMUNIDADE QUILOMBOLA MANOEL CIRÍACO DOS SANTOS.....	44
2.1 UM PASSADO PRESENTE	45
2.2 PRESENTE: USOS, TÁTICAS E SOBREVIVÊNCIA	56
2.3 FUTURO: CONSCIÊNCIA, SONHO E NAÇÃO	72
CAPÍTULO III- CONFLITOS AGRÁRIOS E DE IDENTIDADES	80
3.1 A QUESTÃO DA TERRA A PARTIR DOS LAUDOS ANTROPOLÓGICOS E DOS QUILOMBOLAS	82
3.2 IMPRENSA LOCAL E O CONFLITO ENTRE QUILOMBOLAS E NÃO- QUILOMBOLAS	86
3.3 TERRA COMO PROPRIEDADE COLETIVA	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
LISTA DE FONTES.....	99
BIBLIOGRAFIA	101

INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, localizada em Guaíra, PR, reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares em 2006. A partir do reconhecimento, essa comunidade vive um processo de construção de identidades étnicas, além da problemática da terra, que se intensificou com o início dos trabalhos do INCRA para emissão do título coletivo em 2009. O objetivo do trabalho é explorar como se dá a construção dessas identidades na comunidade, intensificada a partir da problemática da terra. Pretende-se também perceber as práticas desse grupo frente a essa nova realidade quilombola. Ou seja, a análise aborda como o grupo ressignifica sua trajetória e atribui significados a suas práticas culturais.

A comunidade em análise está localizada na área rural de Guaíra, em um local denominado Maracaju dos Gaúchos¹, e conta hoje com cerca de 40 pessoas. Na época de sua chegada, na década de 60, era constituída por aproximadamente 70 pessoas². A propriedade da família Ciríaco, segundo o Estatuto da Associação Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos (ACONEMA), está localizada na serra Maracaju, gleba número 4, colônia c, lotes rurais número 186 com 9.2390 alqueires paulistas e número 186-A, com 0,9925 alqueires paulistas, totalizando 10.2315 alqueires paulistas³.

A intenção da pesquisa não é prová-los quilombolas. O que importa é compreender como o grupo tem se organizado ao longo do tempo, inclusive através da reivindicação de ser negro, quilombola. Não se trata de criar fórmulas e encaixar os grupos nelas, porque vários grupos estarão à margem de certas definições⁴. Esse é o caso da comunidade em estudo. Um dos laudos

¹ O nome é referência à Sociedade Agropecuária Industrial Maracaju Ltda, que loteou aquela área em 1954. Ela adquiriu, da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, uma área de 1000 alqueires e dividiu em lotes de 10 alqueires, vendendo principalmente a agricultores provenientes do Rio Grande do Sul. Ver GREGORY e SCHALLENBERGER. **Guaíra, um mundo de águas e histórias**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

² Conforme entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, em Guaíra/PR.

³ Estatuto da Associação Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos.

⁴ Para Stuart Hall, a modernidade tardia é definida como um período de crise das identidades e novas identidades, fragmentadas, são forjadas. Essa noção quebra com a ideia de uma

antropológicos realizados na comunidade⁵ não reconhece a “quilombolidade” do grupo⁶.

O foco da pesquisa é analisar a construção desse ser quilombola, percebido através da atuação desses sujeitos na adoção e ressignificação de características tidas como quilombolas.

Partindo da análise de Barth⁷, entendemos que, por não haver uma definição de si (individual ou de grupo) pautada em uma vinculação étnica pré-existente, é preciso pensar esses indivíduos como os responsáveis pela sua história, pelas suas definições de si mesmos. Importa analisar o grupo e seus motivos, interrogar, partir do assumir-se como negro quilombola por parte desse grupo e não provar a veracidade (ou não) dessa denominação, mas ver as formas através das quais essa denominação se apresenta e os caminhos que levaram (e levam) a ela.

Trabalhando em um jornal de Guaíba, minha cidade natal, tive o primeiro contato com a Comunidade Quilombola, em 2007. O local em que a comunidade vive é marcado pela presença de imigrantes do Rio Grande do Sul, que se identificam como descendentes de alemães e italianos. Esses dois grupos de origens migratórias diferentes (família Ciríaco vinda de Minas Gerais e demais famílias do Rio Grande do Sul) vieram para a região na mesma época (década de 1960), e há em ambos a prática de afirmações étnicas, sendo meu foco a afirmação da identidade negra quilombola assumida pela família Ciríaco.

É constante, por parte dos moradores da comunidade, as estratégias de afirmação de uma identidade negra, uma cultura negra (tal como é genérica tratada), através de aulas de capoeira ou do chamado artesanato quilombola⁸.

identidade única, homogênea. Ver HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

⁵ A comunidade em análise é objeto de dois laudos antropológicos, um dos quais já está concluído. O laudo concluído foi realizado pela Unioeste, através de convênio firmado com o Incra, e não reconhece a comunidade como quilombola. O outro laudo está em andamento, através da empresa Terra Consultoria em Engenharia e Meio Ambiente, através do contrato 26200/2011 (disponível no site do Incra - <http://www.incra.gov.br/>).

⁶ Relatório antropológico da comunidade Manoel Ciríaco dos Santos, no município de Guaíba/Pr, realizado pela Unioeste, através de convênio com o Incra, entre 2009 e 2010.

⁷ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

⁸ O uso dos termos "cultura negra" no singular e "artesanato quilombola" serve para evidenciar o caráter que se pretende com essas práticas, um caráter de unificação, homogeneização, utilizado para marcar uma particularidade do grupo, em relação a outros grupos.

A partir daí, diversos outros aspectos vão despontar nas falas e atitudes da família Manoel Ciríaco que vão nos fazer refletir sobre os porquês dessa construção de uma identidade negra, que se pretende uma.

Pesquisei esse tema desde 2007, quando realizei PIBIC e também o TCC⁹ sobre a comunidade em questão, o que permitiu acompanhar o processo de construção que esses indivíduos assumiram ao longo desses anos, lançou e continua lançando novas questões.

Refletir sobre a problemática quilombola, em todas as suas nuances, é refletir sobre as transformações ocorridas nos últimos anos no Brasil. O crescente número de políticas públicas direcionadas a grupos minoritários e crescente representatividade do movimento negro e suas reivindicações incentivam uma série de debates, não só dentro do próprio movimento negro, como dentro dos grupos minoritários, da academia e da sociedade de forma geral.

A Constituição de 1988 reconhece a questão de terras quilombolas, legitimando a luta pela regularização dessas terras tradicionais. Ao fazer isso, recai sobre o Estado a responsabilidade de regulamentar adequadamente sobre o tema, garantindo os direitos de populações que estiveram à mercê de outros proprietários de terra ao longo dos séculos, sem o reconhecimento de seus direitos. A partir dela, são criados dispositivos para garantir sua efetiva aplicação. Um exemplo é a Fundação Palmares, além da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, a nível federal e o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, a nível estadual, sobre os quais falaremos mais detalhadamente no decorrer desse trabalho.

É no contexto que Stuart Hall¹⁰ denomina de modernidade tardia¹¹, em que grupos marginais ganham voz e disputam uma hegemonia cultural, que está inserido o objeto da pesquisa que venho desenvolvendo, a Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. A problemática central é a

⁹ SILVA, Jéssica de Lima da. **Cultura e identidade numa comunidade quilombola**: um estudo sobre a Comunidade Manoel Ciríaco, de Guáira, PR. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

¹⁰ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

¹¹ Idem.

(re)construção identitária da comunidade, identificada desde seu reconhecimento como quilombola.

A discussão sobre a crise das identidades do fim do século XX abriu dentro da história a perspectiva de refletir sobre outras temáticas, como a etnia. Nas palavras de Hunt, a história voltou "seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres"¹².

Para Denys Cuche, "a recente moda da identidade é o prolongamento do fenômeno da exaltação da diferença que surgiu nos anos setenta"¹³. Podemos dizer que essa "moda" está ligada a vários processos históricos desse período, como os citados por Hall, em seu "Cultural Identity and Diaspora", ao analisar o "surgimento" de uma identidade afro-caribenha nos anos 70, que não existia antes, mas que a partir de então passou a ser usada para identificar vários jamaicanos como "black", como negros, como africanos. Segundo Hall, "Essa profunda descoberta cultural, entretanto, não era, nem poderia ser, feita diretamente, sem "mediação". Ela só poderia ser feita através do impacto na vida popular da revolução pós-colonial, das lutas pelos direitos civis, pela cultura rastafári e o reggae – as metáforas, as imagens ou significantes de uma nova construção da "jamaicanidade"¹⁴.

As transformações cada vez mais rápidas da modernidade tardia, nos termos de Hall, são um motivo para as constantes mudanças e transitoriedades também das identidades. As identidades estão se "dissolvendo", se construindo e reconstruindo tão rapidamente quanto as outras variações desse tempo. Nesse sentido, é preciso assinalar uma importante característica das identidades, que é seu caráter mutável, de não-essência, de construção.

Como construção, as identidades variam de acordo com inúmeros fatores, que também são variáveis dentro de si e em contato com outros. Exemplo disso é que nosso gosto culinário, muitas vezes responsável por marcar a identidade de um determinado grupo e não outro, é construído por

¹² HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. P. 02.

¹³ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2002, p.175.

¹⁴ HALL, Stuart. **Cultural identity and diaspora**. Disponível em: <http://www.rlwclarke.net/Theory/SourcesPrimary/HallCulturalIdentityandDiaspora.pdf>. Acesso em: outubro de 2012. p. 231, tradução nossa.

esses grupos. Seguindo os estudos de Claude Lévi-Strauss¹⁵, podemos exemplificar que o hábito tido como japonês de comer peixe cru, por exemplo, ao contrário do hábito tido como brasileiro de comer peixe cozido, na verdade não passa da construção de japoneses e brasileiros sobre como é melhor comer esse alimento ou ainda da disposição de recursos materiais que geram a necessidade de cozinhar ou não o peixe. Dessa forma, o cozimento ou não de um determinado alimento é utilizado para marcar uma identidade e diferença que são construídas pelos grupos em contato.

Da mesma forma, pensar a discussão de Lévi-Strauss sobre sociedades quentes e frias pode colaborar no entendimento das mudanças e permanências visualizadas nas sociedades de forma geral. Em uma resposta-esclarecimento publicada em *Les Temps Modernes*¹⁶ e reproduzida na revista *Mana*, Lévi-Strauss, se propõe à revisão de algumas discussões, dentre as quais nos interessam os conceitos de sociedades quentes e sociedades frias. Esses conceitos são cunhados para refletir sobre a forma como diferentes sociedades lidam com a temporalidade que marca a história.

Sobre essa distinção, o autor afirma que:

Ela não postula, entre as sociedades, uma diferença de natureza, não as coloca em categorias separadas, mas se refere às atitudes subjetivas que as sociedades adotam diante da história, às maneiras variáveis com que elas a concebem. Algumas acalentam o sonho de permanecer tais como imaginam ter sido criadas na origem dos tempos. É claro que elas se enganam: essas sociedades não escapam mais da história do que aquelas - como a nossa - a quem não repugna se saber históricas, encontrando na idéia que têm da história o motor de seu desenvolvimento. Nenhuma sociedade pode, portanto, ser dita absolutamente "fria" ou "quente". São noções teóricas, e as sociedades concretas deslocam-se no correr do tempo, em um sentido ou em outro, sobre um eixo cujos pólos nenhuma delas jamais ocupará.

As sociedades frias seriam aquelas que se voltam ao passado, procurando "congelar" o tempo, as chamadas "sociedades primitivas," e as sociedades quentes focariam no futuro, na ideia do progresso, como a "sociedade ocidental". No artigo acima citado, Lévi-Strauss revisa essa distinção ao afirmar que não se tratam de polos fixos e que atualmente se

¹⁵ LEVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Mitológicas 1. São Paulo, CosacNaify, 2004.

¹⁶ Lévi-Strauss nos 90 voltas ao passado. **Mana [online]**. 1998, vol.4, n.2, pp. 105-117.

verifica um esfriamento das sociedades quentes, por exemplo, com uma retomada do passado.

Em relação ao nosso objeto de análise, podemos afirmar que os diversos usos dos elementos que analisamos marcam a história como temporalidade, num constante ir e vir entre passado, presente e futuro, ressignificados a partir do contato com o outro. Ou seja, a história não é tecida cronologicamente e/ou em uma divisão temporal rígida. Ao contrário, ela se constitui na fragmentação de temporalidades, cujos sentidos são construídos com o passar do próprio tempo, atendendo ansiedades inerentes aquele determinado momento.

O processo de reconhecimento do grupo como comunidade quilombola entre 2006 e 2007 envolveu o contato com o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, uma secretaria especial do governo estadual, com fins de mapear comunidades quilombolas. O Grupo de Trabalho indicou a possibilidade à família Ciríaco de que eles fossem remanescentes de quilombo¹⁷. Desde então, percebe-se o interesse em construir uma identidade negra e quilombola, nos moldes do que é tido como negro e quilombola, seja pela legislação, pelo movimento negro ou por outras comunidades quilombolas, meios com os quais o grupo em análise tem tido contato.

Como a identidade é construção, os processos históricos influenciam as mudanças que vemos em relação às identidades, tanto no caso dos jamaicano, que passam a acentuar sua origem afro, como no caso da presente pesquisa, em que se acentua uma origem negra, quilombola, com passado escravo. As análises das fontes tem permitido perceber o atual estágio das lutas pelos direitos das minorias (aqui entendidos como minorias em direitos, como indígenas e negros, quilombolas, no caso específico) como fator que desencadeia uma reconstrução de identidades.

Uma das reivindicações está relacionada à posse da terra. Em 2003, através do Decreto 4.887, adotou-se uma nova perspectiva para as titulações, partindo de um longo processo entre definição desses grupos remanescentes (com o propósito de incluir as mais variadas gêneses deles), quais seriam os órgãos responsáveis por fazer as titulações, etc. A perspectiva adotada se deu

¹⁷ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, em Guaíra/PR.

pela reconceituação de quilombo, considerando a auto-identificação do grupo, além de possibilitar a desapropriação de terras quando necessário, atribuindo ao INCRA a responsabilidade pelas titulações.

Também é pertinente a discussão de Michel De Certeau¹⁸ sobre estratégia e tática. Esses conceitos nos parecem aplicáveis ao objeto em análise ao perceber como o grupo se utiliza de táticas, como ser reconhecido como quilombola, para conseguir a manutenção de suas terras. Para De Certeau, as táticas são formas de atuação dentro do campo inimigo, é a "arte do fraco", de originar novas "maneiras de fazer"¹⁹. Dessa forma, entendemos que a família Ciríaco busca formas de atuar dentro do campo do outro, reivindicando/criando assim seu próprio espaço.

As identidades não são únicas, homogêneas (nem mesmo dentro de um grupo que se pretende homogêneo), mas fragmentadas em inúmeras outras identidades, construídas através da narrativa, das "práticas e posições"²⁰, estando em constante processo de mudança e obedecendo à necessidade de se integrar e se posicionar diante de outros grupos, modificando as relações de poder existentes, tornando-se "dominante, subalterno, igual, diferente"²¹.

A noção de uma identidade que é reivindicada nos leva a outro aspecto importante no trato com as identidades, que é seu caráter de disputa. Bauman divide a identidade em dois tipos: a de quem pode manipular, se descrever, e a de quem é descrito por outros²². O que evidencia o caráter de disputa presente nas identidades uma vez que ela se dá sempre no contato. Não existe uma identidade *a priori*, uma essência que todos carregamos em nosso interior e que é despertada em determinado momento. O que existe são constante disputas em torno de espaços, sempre que se dá o contato com o outro, procuramos nos posicionar diante dele, estabelecendo características que nos diferencie.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁹ Idem, p. 95.

²⁰ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

²¹ PRAXEDES, Rosângela Rosa. Pensando raça e cor com Stuart Hall: algumas reflexões a partir do significado de negro. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 3, n. 36, maio de 2004.

²² BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.

Concordamos que essas duas divisões de que fala Bauman não são pólos fixos, estando em constante mudança e interação. Essa pesquisa pretende refletir sobre a tentativa por parte dos quilombolas de mudar seu status anterior (de serem definidos pelo outro) e passar a se auto-definir, e como isso tem influenciado em larga medida na forma como esse grupo (quilombola) tem almejado um espaço, não apenas no campo psicológico ou linguístico, mas no espaço social, político.

E ainda refletimos sobre a relação estreita que se estabelece entre identidade e diferença, tornando-as interdependentes. Isso significa que, ao mesmo tempo em que se afirma uma identidade, ela é estabelecida em relação a algo diferente. Assim, afirmar-se como negro, no caso dessa pesquisa, é ao mesmo tempo pretender definir uma identidade (negra) e sinalizar uma diferença em relação aos não-negros.

As fontes orais possibilitam o contato direto com os sujeitos que constroem em seu cotidiano a história que vivem, que constroem conceitos sobre si e sobre os outros, especialmente quando há, como no caso da pesquisa, dois fortes processos na região, o já corrente da legitimação quilombola e o mais recente do estudo sobre as terras da região.

Tomamos como horizonte as seguintes palavras de Portelli:

a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas²³

A significação e ressignificação de trajetórias são uma constante para os sujeitos cujas narrativas são analisadas ao longo dessa pesquisa. Nas entrevistas, esses sujeitos buscam atribuir sentidos ao passado e às experiências presentes, num construir constante de suas histórias e da história da família.

Foram realizadas sete entrevistas, com duração média de 2 horas cada. Organizadas a partir de histórias de vida, os entrevistados puderam falar livremente de sua trajetória, motivados por algumas questões predefinidas e outras motivadas pelo diálogo com a pesquisadora durante a realização das

²³ PORTELLI, Alessandro. *O Que Faz A História Oral Diferente*. **Revista Projeto História**, n.º 14, São Paulo, 1997. p. 33.

entrevistas. A escolha dos entrevistados esteve focada nos filhos do senhor Manoel Ciríaco dos Santos, que dá nome à comunidade. Eles foram o principal contato da pesquisadora com a comunidade desde as primeiras visitas. Também foi realizada uma entrevista com jovens, netos do senhor Manoel, e uma entrevista com o mestre de capoeira que ministrava aulas na localidade. Todas foram realizadas na própria comunidade durante visitas de campo, ao longo dos anos de 2007 a 2013.

Também analisamos fotografias tiradas na comunidade, algumas produzidas pela pesquisadora, outras retiradas de relatos de visitas publicados na internet. Analisamos ainda jornais que veicularam matérias e/ou artigos de opinião sobre a comunidade e os processos abertos pelo Ministério Público Federal, relativos à discriminação e ameaças sofridas pelos quilombolas.

Nas fotografias utilizadas podemos observar diferentes aspectos da construção de identidade que propomos analisar durante o trabalho. Produzidas, em sua maioria, pela própria pesquisadora, têm como objetivo permitir a problematização, muito mais do que apenas a ilustração, das questões levantadas pela pesquisa, relativas às identidades. Nesse sentido, buscamos pensar as fotografias não como representações fiéis da realidade, mas como imagem/documento e como imagem/monumento, tal como propõe Ana Maria Mauad, parafraseando Jacques Le Goff.

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo²⁴.

Entende-se, dessa forma, que se deve levar em conta que as fotografias são fontes históricas, cujo tratamento necessita do mesmo rigor das demais fontes utilizadas no trabalho do historiador. Partindo das propostas metodológicas sugeridas por Ana Maria Mauad, analisamos as fotografias a partir de duas dimensões: expressão, na qual analisamos aspectos técnicos e

²⁴ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996. p. 8.

estéticos, como autoria, tipo de foto (posada ou instantânea), enquadramento, etc e conteúdo, no qual percebemos as pessoas, objetos, lugares, vivências, tempo, o acontecimento, etc²⁵.

O primeiro capítulo visa discutir a trajetória da família Ciríaco dos Santos e os sentidos atribuídos a essa trajetória para culminar na noção construída hoje da família como comunidade negra quilombola. Partindo das fontes orais, o principal objetivo é perceber como essa família, hoje organizada como Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, atribui significados à sua trajetória, construindo e reconstruindo identificações para reforçar quem eles são (ou a imagem que pretendem projetar de si). Nele também analisamos a legislação e políticas públicas de promoção de igualdade racial.

O segundo capítulo procura analisar a construção de identidades presentes nas narrativas desses sujeitos, através do uso da memória para legitimar suas origens e suas reivindicações. Nesse capítulo, também analisaremos essa construção de identidades através de outros aspectos, como a mudança física, com utilização de acessórios afro, por exemplo. Aspectos como as formas de cultivo, alimentação, socialização, diversão, religião também serão analisados. O objetivo é compreender de que forma a família Ciríaco dos Santos tornou-se Comunidade Negra Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos.

O terceiro capítulo se pauta em refletir sobre os conflitos gerados pelo processo de estudo para titulação coletiva das terras quilombolas. É nesse capítulo que analisaremos como o assumir-se negro quilombola passou a constituir um problema, acentuando marcadores de diferença. As fontes utilizadas são orais, mas também jornais escritos e processos do Judiciário, resultantes de ameaças e agressões sofridas durante o período de maior conflito na região.

Objetiva-se, portanto, compreender de que forma identidades negras quilombolas tem sido gestadas dentro do grupo em análise e quais as implicações que essa postura tem causado, tanto internamente como externamente.

²⁵ Idem. p. 10.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS, IDENTIFICAÇÕES E MIGRAÇÕES

O objetivo desse capítulo é discutir a trajetória da família Ciríaco dos Santos. Partindo das fontes orais, o principal objetivo é perceber como essa família, hoje organizada como Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, atribui significados à sua trajetória, construindo e reconstruindo identificações para reforçar quem eles são (ou a imagem que pretendem projetar de si).

Optamos por iniciar o capítulo apresentando algumas discussões sobre o conceito de quilombo nas Ciências Sociais e a legislação acerca de políticas públicas de igualdade racial no Brasil, especialmente as focadas nas comunidades negras tradicionais. Em seguida, focalizamos algumas narrativas sobre a chegada da família Ciríaco dos Santos à área onde vivem até hoje – e que é objeto de um processo de reivindicação de titulação coletiva.

1.1 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO

As diversas formas de posse de terra por grupos identificados como quilombos levaram à necessidade de rever o próprio conceito, a fim de abarcar a realidade das comunidades que reivindicam na justiça a titulação de suas terras e abandonando a relação fuga-resistência adotada pela historiografia até meados da década de 70²⁶.

A definição clássica, adotada pelos estudiosos brasileiros até os anos 70 do século XXI, baseia-se no Conselho Ultramarino, de 1740. Nessa definição,

²⁶ SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, nº 10, jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 4 de janeiro de 2009.

quilombo seria "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele"²⁷. Conforme Almeida²⁸, essa definição possui cinco elementos: "1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico (...); 4) moradia habitual (...); 5) autoconsumo e capacidade de reprodução". Para Almeida²⁹, esse conceito é "frigorificado", desde o período colonial, passando pelos trabalhos de Perdigão Malheiro (1866) e Clóvis Moura (1996), pois apresenta poucas variações com a permanência desses 5 elementos.

Dentre os estudiosos que utilizaram essa definição clássica, podemos destacar Edson Carneiro (1957) e Artur Ramos (1953), para os quais o quilombo ficou cristalizado na imagem do Quilombo de Palmares, num tempo histórico passado, como espaço de resistência e isolamento da população negra³⁰.

De maneira geral, a historiografia até a década de 70 encarava o quilombo como algo do passado, parado no período da escravidão, além de ser encarado apenas como resistência ao sistema escravista e isolamento em relação ao restante da sociedade. Essa noção reflete o silenciamento da história oficial sobre os efeitos da escravidão e da inexistência de políticas que regulassem a posse de terras dos negros no pós-abolição³¹.

Na análise de Almeida, esses cinco elementos da definição clássica não aparecem na legislação republicana, pois "com a abolição da escravatura imaginava-se que o quilombo automaticamente desaparecia ou não teria razão de existir. Constata-se um silêncio nos textos constitucionais sobre a relação entre ex-escravos e terra". E ainda "na Constituição de 1988, 100 anos depois, o quilombo já surge como sobrevivência, como 'remanescente'"³².

A categoria dos remanescentes de quilombos é incluída na Constituição Federal de 1988, com o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais

²⁷ Idem, p. 2.

²⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 48.

²⁹ Idem. p. 47.

³⁰ FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 67-75.

³¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.62-63.

³² Idem. p. 53

Transitórias (ADCT), segundo o qual " Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos"³³.

Nas palavras de Ferreira:

o termo *comunidades de quilombos* utilizado no art.68 do ADTC da Constituição de 1988, que a priori pode remeter aos redutos de escravos fugidos, pautado no binômio fuga-resistência, propagado pelo próprio movimento negro com o Quilombismo, têm caráter restritivo³⁴.

Deve-se levar em consideração que não se trata simplesmente de uma ação dos legisladores, mas de uma pressão por parte dos movimentos sociais. Para Almeida, "as situações concretas de conflito levaram ao dissenso em torno do conceito de quilombo (...), revelando o grau de organização das forças sociais que recusavam o caráter restritivo e imitante do único dispositivo legal produzido após a abolição"³⁵.

Nesse contexto, foi necessário ressignificar o conceito de quilombo, para que ele fosse efetivamente aplicado à realidade das comunidades remanescentes de quilombo. Os grupos quilombolas constituíram-se por diferentes processos, seja por fuga e ocupação de terras livres, ou ocupação de terras estatais ou privadas, ou ainda por meio de compra, herança, doação, etc, antes da abolição ou depois desse processo. O conceito anterior que abrangia uma localidade isolada não corresponde totalmente à realidade já que inúmeros quilombos ficavam próximos a sedes de fazendas ou cidades; a forma de posse da terra e a organização da economia também se mostram diversas. Diante disso, o conceito de quilombo foi revisto, a fim de contemplar comunidades que reivindicam sua legitimidade, mas não se encaixavam na

³³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#_adct. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

³⁴ FERREIRA, Rebeca Campos. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e reconhecimento, ação afirmativa ou direito étnico?. In: **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.5-22, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: maio de 2013.

³⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.46-47.

definição que reduzia os quilombos a um território e cultura ancestrais e intactos³⁶.

Em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se reuniu através do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais e elaborou um parecer, baseado no estudo de comunidades negras rurais pelo Brasil até então, em que quilombo não se referia a “resíduos arqueológicos de ocupação atemporal ou de comprovação biológica”³⁷, permitindo a visualização deles como construídos social e culturalmente, para além do período da escravidão. Mas foi apenas em 2003 que em parceria com o Ministério Público, a ABA definiu quilombo como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”³⁸.

Essa definição traz três importantes elementos: a localização geográfica dessas comunidades na área rural, bem como evidencia a problemática dos conflitos agrários inerentes a muitas dessas comunidades; a questão econômica, evidenciada pela forma de cultura (de subsistência), em oposição ao modelo de monocultura ou produção para o mercado, por exemplo; e a questão temporal, trazendo o vínculo com o passado como um dos fatores determinantes na definição dessas comunidades e delegando ao conhecimento histórico a possibilidade de compreender esse fenômeno.

Essa flexibilização do conceito foi gerada pela necessidade de um respaldo jurídico para que comunidades negras formadas no pós-abolição também fossem reconhecidas como quilombolas. Como enfatizam Alexandra Santos e Sheila Maria Doula³⁹, esse novo conceito não pretende criar um novo quilombo, mas apenas abarcar as situações diversas através das quais são formados os quilombos atualmente.

³⁶ FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

³⁷ Grupo de Trabalho “Comunidades Negras Rurais”/ABA. “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, Associação Brasileira de Antropologia”, 1994.

³⁸ Idem.

³⁹ SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. In: **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGExR - CCR - UFSM, Ano XV, n^o 16, Jul - Dez de 2008.

A existência de uma identidade compartilhada pelo grupo, através de comprovação científica⁴⁰, que também está relacionada à territorialidade, garantiria os benefícios para essas comunidades. Mas essa nova concepção também gerou (e gera) discussões, na medida em que a ampliação do conceito permite que, através da auto-identificação, comunidades possam se declarar remanescentes de quilombo e reivindicar titulação de terras ou outras políticas públicas voltadas aos quilombolas.

A necessidade de uma comprovação científica, através dos laudos antropológicos, nos remete à discussão realizada por Bourdieu⁴¹. Também a ciência é um espaço de poder, um campo de luta. Dessa forma, um determinado grupo de especialistas (antropólogos), detentores de uma fala autorizada, são responsáveis por fazer ou desfazer grupos, atestando ou não sua autenticidade e, assim, determinando se passíveis do recebimento de benefícios do poder público, por exemplo.

Para alguns segmentos da sociedade, a ampliação do conceito de quilombo é problemática porque pode, além das comunidades quilombolas, beneficiar grupos negros não-quilombolas, mas que aproveitam de alguma característica étnica (em especial a cor) para usufruir de benefícios. Identidade étnica e territorialidade são os elementos fundamentais para essa moderna concepção de quilombo, elementos que são formados em relação com os outros grupos com os quais os quilombolas se relacionam.

Gusmão⁴² enfatiza a importância desses conceitos, já que as comunidades negras rurais, em geral, estabelecem relações conflituosas com as populações brancas das proximidades, na luta pelo “espaço físico e social”, revelando “aspectos encobertos” de origem racial, como a “submissão e a dependência dos grupos negros em relação à sociedade inclusiva”⁴³.

Nessa relação de conflito, os grupos negros ressaltam características que podem ser relevantes nessa disputa social e territorial, através da adoção de uma identidade quilombola, negra, um passado escravo, que merece

⁴⁰ Comprovação científica é aqui compreendida de acordo com a lógica da legislação, que pretende solucionar os impasses em torno da posse de terra das comunidades quilombolas. A legislação de titulação de terras exige uma comprovação científica, por meio da elaboração de laudos antropológicos, como parte do processo de titulação de terras coletivas.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

⁴² GUSMÃO, N. M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. **Cultural Vozes**, n. 46, nov./dez. 1995.

⁴³ Idem.

reparação. Podemos perceber isso nas entrevistas realizadas com os irmãos José Maria e Adir. José Maria era o irmão mais velho da família, residindo nas terras da comunidade e Adir é representante dos quilombolas nos contatos realizados com o Poder Público, movimento negro, etc.

Sobre o passado escravo da família, José Maria afirma "Meu pai escapou por vinte anos da escravidão, mas minha avó, prima dele era escrava liberta. Ela morreu com cento e poucos anos e sempre falava pra gente 'vocês estão na boa. Nunca trabalharam cativos, que trabalhava e não recebia'"⁴⁴.

E ainda:

tinha um desses negros, da nossa família que deu um diamante pra princesa Isabel. Isso eu nunca vou esquecer. Meu pai contava quando a gente tava batendo papo, assim no meio do dia, que ele deu o presente porque a princesa libertou. Meu pai dizia: 'os escravos trabalhavam e não recebiam, apanhavam, apanhavam'".

Várias entrevistas reforçam essas histórias da família e evidenciar a vinculação que se estabelece entre o passado da família em Minas Gerais e sua trajetória desde que se estabeleceu em Guaíra. Evidenciar essas especificidades é parte do processo de se reconhecer e autoidentificar como negros quilombolas, detentores de direitos específicos.

Sobre a questão dos direitos, Adir relata que

a gente quer lutar por um direito que é da gente. Conhecendo outras comunidades, algumas em situação pior que a nossa, a gente vê que esse Brasil foi construído por um monte de negros, que precisa de apoio e oportunidade para andar com as próprias pernas"⁴⁵

Em outra entrevista, João dos Santos conta como foi o processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Palmares e explica que "foi difícil para a gente entender que era quilombola, remanescente de quilombo. O governo nunca procurou a gente. Mas hoje entendemos que merecemos políticas públicas"⁴⁶.

⁴⁴ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

⁴⁵ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

⁴⁶ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

Esses sujeitos se colocam em condições de merecer direitos, oportunidades. É importante salientar que esse é um processo comum, em que um grupo se vê obrigado, numa situação peculiar, a realçar determinadas características⁴⁷ a fim de lutar seja pela terra, seja pela visibilidade, o reconhecimento ou pela sobrevivência física e social, uma vez que, no caso dos grupos quilombolas, não raros são os casos em que não há meios básicos de sobrevivência. Compartilhamos da ideia explorada por Boaventura S. Santos de que a reivindicação de uma identidade é também fruto de uma posição de carência e submissão⁴⁸.

Em situações de desigualdade, como é o caso dos grupos quilombolas, esses grupos ressaltam elementos culturais peculiares⁴⁹, além da relação de coletividade em seu interior, construindo também uma relação com a terra, que não obedece à lógica do mercado de terras, mas com o passado desse grupo, com sua trajetória de vida e de resistência (não apenas ao escravismo, mas às exigências da agroindústria).

Tendo em vista os novos elementos que se somam ao estudo dos remanescentes de quilombos atuais, o conceito utilizado atualmente pela legislação parece abarcar um grande número de comunidades rurais e urbanas, para as quais o apoio estatal é necessário para sua reprodução social e cultural, além da proteção nos casos de conflito por terra.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS NO BRASIL (1988-2013)

Um importante eixo para compreensão da atual situação dos quilombolas no Brasil são as políticas de promoção de igualdade racial. Resultado das reivindicações do movimento negro ao longo dos anos, especialmente no pós-ditadura militar, mas durante todo o período republicano, essas políticas visaram (e visam) uma visibilização da questão racial.

⁴⁷ Barth, Frederik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. La organización social de las diferencias culturales. Introducción. FEC, México D.F., 1976. . p. 9-49

⁴⁸ SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2000.

⁴⁹ SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, nº 10, jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>> . Acesso em: 4 de janeiro de 2009.

As ações afirmativas são consideradas “ferramentas sociais necessárias ao combate da desigualdade, da marginalização, da discriminação social, étnica e racial - mas também à ampliação e ao aprofundamento da diversidade no país”⁵⁰.

O movimento negro⁵¹ tem pautado suas reivindicações nos seguintes aspectos, destacados por Lívio Sansone⁵²

1. ação afirmativa ou sistema de cota racial;
2. reparação;
3. apoio aos moradores remanescentes de quilombos no reconhecimento legal da posse da terra; e
4. melhora no acesso do negro à educação e revisão dos currículos e textos escolares nos moldes antirracistas e/ou do multiculturalismo.

Foram criados importantes dispositivos para alcançar esses objetivos, como o sistema de cotas nas universidades e concursos públicos, além de legislação específica sobre ensino de história e cultura afro-brasileira (lei 10.639/2003), que promove desde seu decreto um intenso debate sobre o tema.

Em 1988, é instituída a Fundação Cultural Palmares. Trata-se da "primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da raça e da cultura afro-brasileira"⁵³. Dividida em três departamentos: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro (DPA); Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira (DEP); e Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), a Fundação é hoje responsável pela emissão de certidão de auto-definição às comunidades quilombolas, dentre

⁵⁰ FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

⁵¹ Movimento cuja trajetória remete ao início do Brasil república e cujos objetivos são basicamente a inclusão social do negro e a superação do racismo. Ver DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

⁵² SANSONE, Livio. Racismo sem Etnicidade: Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de abril de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000400003>.

⁵³ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Apresentação**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: abril de 2014.

outras ações que visam a preservação e reprodução material e imaterial dos afro-brasileiros, em comunidades tradicionais⁵⁴.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com a finalidade de formular, desenvolver e acompanhar políticas de ação afirmativa, visando os grupos étnicos, com destaque para a população negra, vítima de discriminação racial e outras formas de intolerância como a religiosa. A partir dela, outros dispositivos foram iniciados. Hoje, ela é pautada no Estatuto da Igualdade Racial (lei 12.288/2010), que instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir)⁵⁵.

É a partir da Constituição Federal de 1988 que há a regulamentação das terras dos remanescentes de quilombo, com o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), após sucessivas reivindicações de movimentos organizados. O texto do artigo 68 diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Esse artigo excluía as comunidades que não descendiam diretamente de quilombos, o que compreende grande parte dos quilombos, uma vez que eles tendem a migrar, forçosamente ou não, principalmente em função de disputas territoriais.

A Constituição de 1988 ainda tem dois artigos (215 e 216) que versam sobre os quilombolas. O Artigo 215 prevê a garantia do “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, além de apoiar e incentivar a “valorização e a difusão das manifestações culturais” “indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. O Artigo 216 considera patrimônios culturais os bens materiais e imateriais “portadores de referência à identidade, à ação, à memória” dos grupos que formam a sociedade brasileira e prevê sua preservação.

⁵⁴ Entende-se aqui por comunidades tradicionais aquelas que ocupam seus territórios tradicionalmente, estabelecendo com ele relações estreitas de trabalho, modos de vida, lazer, dentre outros. O termo foi cunhado dentre da área ambiental para diferenciar as comunidades quilombolas, de seringueiros, povos indígenas, pescadores, etc. Para maiores informações, ver FILHO, Aderval Costa; ALMEIDA, Roberto Alves; MELO, Paula Balduino. **Comunidades tradicionais e as políticas públicas**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/oficinas-de-construcao-da-politica-de-desenvolvimento-sustentavel-para-os-povos-e-comunidades-tradicionais-de-14-a-23-09/comunidades-tradicionais-texto-referencial.pdf>. Acesso em: dezembro de 2014.

⁵⁵ Informações disponíveis em <http://seppir.gov.br/sinapir>. Acesso em: agosto de 2014.

Em novembro de 1995, a Portaria 307 do INCRA⁵⁶ determina a demarcação e titulação das terras quilombolas, partindo da disposição do Artigo 68 do ADCT. Em 1999, a Medida Provisória 1.911⁵⁷ responsabiliza o Ministério da Cultura por titular as terras quilombolas. Essa medida não previa a questão da desapropriação de terras, o que desfavoreceu comunidades que viviam conflitos territoriais. Mas, ao mesmo tempo, pode-se notar que atribuir a titulação de terras ao Ministério da Cultura reconhece a problemática da definição cultural e auto-identificação das comunidades quilombolas. A MP 1.911/1999 foi substituída pelo decreto 4883, de 2003⁵⁸, que atribuía ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a responsabilidade pelas demarcações.

Em 2000, a Fundação Palmares efetuou titulações sem a desapropriação nem a retirada de não-quilombolas do território quilombola. 10 das 12 comunidades quilombolas tituladas nesse processo permanece com conflitos pela posse da terra e o INCRA, recentemente, reabriu os casos para tentar resolver os conflitos⁵⁹. Em 2001, o Decreto 3.912⁶⁰ restringiu a titulação às “terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888” e as que estavam “ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988”, o que excluía os quilombos localizados em áreas de conflito e que não estavam em suas terras na data da promulgação da lei de 1988 em razão das disputas territoriais, além de desconsiderar o processo de migração forçada ou não dos quilombos e seus descendentes.

O Decreto 4.887 de 2003⁶¹ adotou uma nova perspectiva para as titulações, através de uma reconceituação de quilombo, que considera a auto-identificação do grupo, além de possibilitar a desapropriação de terras quando necessário, atribuindo ao INCRA a responsabilidade pelas titulações. Vigora também a Instrução 57 de 20 de outubro de 2009, do INCRA, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro de terras ocupadas por quilombolas.

O título de terra expedido pelo INCRA, após minucioso estudo, que leva em consideração análises “cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas,

⁵⁶ BRASIL. INCRA. **Portaria INCRA/P/ N.º 307**, de 22 de novembro de 1995. Brasília. 1995

⁵⁷ BRASIL. **Medida Provisória nº.1911**, de 25 de novembro de 1999.

⁵⁸ BRASIL. **Decreto nº. 4.883/03**, em 20 de novembro de 2003.

⁵⁹ Informações obtidas no site <http://www.cpisp.org.br>. Acesso em: agosto de 2014.

⁶⁰ BRASIL. **Decreto nº.3.912/01**, de 10 de setembro de 2001.

⁶¹ BRASIL. **Decreto nº. 4.887/03**, em 20 de novembro de 2003.

geográficas, sócio-econômicas, históricas, etnográficas e antropológicas” (estudo criticado por membros do movimento negro por ser muito burocrático), é um título coletivo e pró-indiviso, o que torna as terras usufruto de todos os membros da comunidade quilombola, bem como possui cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, tornando essa terra quilombola à margem do mercado de terras⁶².

A PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)⁶³ prevê recursos financeiros, com prioridade à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa de Reforma Agrária. Em seu artigo 2º, a lei define ATER como um “serviço de educação não formal” realizado no meio rural, formado por “processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários”⁶⁴, o que inclui atividades florestais, artesanais e extrativistas.

A Lei 12.188/10 prevê destinação de recursos e serviços de assistência técnica e extensão rural aos assentados da Reforma Agrária, aos remanescentes de quilombo, indígenas e demais povos tradicionais com produção familiar⁶⁵, numa perspectiva de “respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país”, incluindo “enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas”⁶⁶. Dentre os objetivos dela estão o apoio ao associativismo e corporativismo e o aumento de renda dos grupos beneficiários e agregação de valor a sua produção.

O Programa Brasil Quilombola⁶⁷, criado em 2005, está sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade

⁶² Ver BRASIL. **Decreto nº. 4.887/03**, em 20 de novembro de 2003 e Instrução 57 de 20 de outubro de 2009, do INCRA.

⁶³ BRASIL. **Lei nº.12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

⁶⁴ Conforme artigo 2º da Lei 12.188/2010.

⁶⁵ Conforme artigo 5º da Lei 12.188/2010.

⁶⁶ Princípios da ATER, expressos na própria legislação que a institui e disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/ater-quilombola>. Acesso em: agosto de 2014.

⁶⁷ BRASIL. SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília. 2005.

Racial (Seppir) e é uma ação conjunta entre Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Palmares. O Programa visa sistematizar as políticas públicas (a nível federal, mas contando com a participação dos governos estaduais e municipais) para as comunidades quilombolas e está centrado em quatro eixos centrais: regularização fundiária, através da emissão do título de posse e conseqüente garantia de reprodução social, cultural e física; infra-estrutura e serviços, a fim de atender as demandas das comunidades; desenvolvimento econômico e social, implantando/estimulando um modelo que preserve as características tradicionais do grupo e que seja sustentável ambiental, social, econômica, política e culturalmente; controle e participação social, através de representantes locais, que participem ativamente da construção de propostas junto aos governos e a fiscalização de sua realização.

No artigo Identidade étnica e poder, Calheiros e Stadtler, ao tratarem da questão da organização crescente do movimento negro, afirmam que "essas reformulações intelectuais, aliadas à crescente mobilização das populações negras urbanas e rurais, culminaram numa maior pressão por políticas compensatórias"⁶⁸, o que impulsionou "mudanças na atuação estatal frente às comunidades"⁶⁹. A Constituição de 1988 reflete não apenas a diferenciação que demandava o movimento negro e as associações quilombolas em relação à definição clássica de quilombo, mas vinculando as novas demandas à questão fundiária. Apesar disso, podemos avaliar que a legislação, de forma geral, ainda parta de uma ideia de cultura como única, homogênea, que deve ser preservada, o que engessa as diferenças culturais e marca a definição do que é ser negro para o Estado.

1.3 GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA: QUILOMBOLAS NO PARANÁ

⁶⁸ CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder**: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/16.pdf> . Acesso em: outubro de 2014.

⁶⁹ Idem.

Em 2004, durante o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná (organizado pelo Movimento Negro, com apoio da Secretaria Estadual de Educação⁷⁰), o governo do Estado organizou o Grupo de Trabalho Clóvis Moura para realizar pesquisas e mapear comunidades quilombolas no território paranaense. O objetivo, de acordo com o Grupo, é reparar o tempo em que essas comunidades negras estiveram "na obscuridade"⁷¹ no Paraná, através da promoção de direitos básicos (água, luz, moradia, educação). Além disso, pretende-se garantir que outros órgãos tenham contato com essas comunidades, como a Fundação Cultural Palmares a fim de certificá-las como quilombolas, e o INCRA para lidar com a questão da demarcação de terras, garantindo a essas comunidades o acesso a políticas públicas federais específicas às comunidades quilombolas.

O Grupo Clóvis Moura atuou entre 2005 e 2010 e foi responsável pelo reconhecimento pela Fundação Palmares de 36 comunidades de remanescentes de quilombos, 8 comunidades negras tradicionais e mais 28 indicativos de comunidades quilombolas, como podemos observar no mapa a seguir:

⁷⁰ Não foi possível localizar mais informações sobre o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná. Os dados encontrados indicam que ele foi o precursor dos demais Encontros de Educadores Negros, que teve a X e última edição realizada em 2013. Hoje os Encontros são organizados pelo Departamento de Diversidade da Secretaria Estadual de Educação do Paraná e têm permitido o debate sobre as ações necessárias, no âmbito da educação, de combate ao racismo e promoção da igualdade étnico-racial.

⁷¹ GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 2010.



Figura 1. Mapa da população negra e comunidades quilombolas no Estado do Paraná

Fonte: Grupo de Trabalho Clóvis Moura

<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>

Os objetivos do Grupo de Trabalho, segundo resumo do projeto apresentado pelo Grupo em 2004, foram: descrever o perfil populacional das comunidades, as condições de vida, a situação atual sobre a ocupação da terra e sobre a educação e saúde, a participação das comunidades em programas assistenciais, as fontes de geração de renda, a situação alimentar e nutricional, o acesso aos direitos legais de seus membros, a situação ambiental (em parceria com o IAP), os padrões culturais e as necessidades das comunidades⁷².

O trabalho foi realizado a partir de visitas de campo, com a presença de profissionais de diferentes áreas: historiadores, biólogos, pedagogos, cientistas sociais, linguistas, dentre outros. No relatório publicado pelo Grupo⁷³, percebemos que o trabalho esteve pautado na identificação das comunidades e sua localização geográfica, bem como seu histórico (a partir dos relatos dos

⁷² Relatório do Grupo Clóvis Moura 2005-2010. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011.

⁷³ Idem.

moradores) e referências culturais como alimentação, festas, religião, medicina popular e artesanato e os usos da terra.

Barth⁷⁴ critica os inventários de traços culturais de grupos étnicos, que, como nesse caso, visam estabelecer um tipo ideal de quilombola. Para o autor, os grupos étnicos devem ser pensados como uma "forma de organização social", a partir da interação, e não a partir de características distintivas, peculiares. Nesse sentido, percebemos uma concepção de identidade étnica marcada pela rigidez, não levando em consideração as mudanças inerentes às identidades e condicionadas a uma série de fatores, inclusive à interação com o grupo de pesquisadores.

Partindo da autodefinição para identificar grupos negros como quilombolas, o Grupo Clóvis Moura se atém a questões como:

- 1) Processo de produção autônomo (livre acesso a terra, decisão do que plantar e comercialização independente de qualquer controle externo);
- 2) Capacidade de organização político-administrativa;
- 3) Critério ecológico de preservação dos recursos;
- 4) Auto-definição dos agentes e da coletividade;
- 5) Grau de conflito e antagonismo;
- 6) Formas de uso comum; combinação de domínios privados (familiares, domésticos) e públicos⁷⁵.

Esses critérios foram observados durante os levantamentos realizados pelo Grupo, tendo por objetivo provocar mudanças na forma como o Estado estava lidando com sua população negra quilombola⁷⁶. Partindo da noção de que as populações negras no Paraná estiveram invisibilizadas, o GT Clóvis Moura realizou visitas de campo e traçou um mapa da situação negra no Paraná.

Através da análise do relatório dos trabalhos do GT, é possível perceber a importância creditada à questão fundiária no contexto dessa busca de

⁷⁴ POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

⁷⁵ **Relatório do Grupo Clóvis Moura 2005-2010**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011.

⁷⁶ Idem, p 13.

reparação. O Grupo busca explicitar como os conflitos de terra contribuíram para a marginalização das populações negras rurais no Estado.

O Paraná, durante o século XX, foi palco de verdadeiras guerras camponesas: Guerra do Contestado (1912-16); Revolta de Porecatu (1945); Revolta dos Colonos do Sudoeste (1957); Guerra da Serra da Pitanga e vários outros conflitos de menor escala. Na "região de Tibagi (1933-35 e depois em 1941); em Jaguapitã (1946-49); Campo Mourão (1948 e 52); Cascavel (final da década de 50 até 61); Alto Paraná (1961)"⁷⁷.

Essa análise destaca nesses conflitos a dimensão étnica, como as lideranças negras na Guerra do Contestado⁷⁸, a disputa de terras nas comunidades de Varzeão e Paiol de Telha⁷⁹ ou as questões de "regularização fundiária, mercado e expropriação territorial"⁸⁰ nas comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, chegando a analisar a questão como "de posseiros a quilombolas"⁸¹. Os conflitos pela posse da terra impulsionaram os trabalhos do GT, na medida em que a grande maioria das comunidades quilombolas no Paraná (mas essa afirmação pode se estender ao âmbito nacional) está inserida na problemática da posse de terras.

Mas, para além de perceber a importância de mapear essas comunidades e garantir o acesso delas à posse da terra, o GT ainda assinala que

Esperamos que as comunidades – CNT's e CRQ's - sejam retiradas do estágio de sub-cidadania em que estão submetidas e colocadas sob os auspícios de uma cidadania plena, assegurando a sua propriedade, o direito de educar os seus filhos e mantendo as famílias em harmonia com a ordem pública vigente, possibilitando a concreta participação eficiente

⁷⁷ Idem, p 24.

⁷⁸ Idem, p. 27. Sobre o tema, ver MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado**, 1912-1916. Campinas, 2001. 498 f. Tese. (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

⁷⁹ **Relatório do Grupo Clóvis Moura 2005-2010**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011. p. 29. Sobre o tema, ver HARTUNG, Mirian Furtado. **O sangue e o espírito dos antepassados**. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha - PR. Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

⁸⁰ **Relatório do Grupo Clóvis Moura 2005-2010**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011, p. 36

⁸¹ **Relatório do Grupo Clóvis Moura 2005-2010**. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011.

e criativa na re-construção da sua cultura e da sua história , com efetivo acesso aos bens produzidos e com condições de participar livremente da configuração que implique no reconhecimento da sua voz no tocante aos direitos humanos amplamente difundidos⁸².

E ainda

O GTCM não tem a pretensão de ter solucionado casos, nem de ensinar a este estado o que é negro, o que é ser negro, mas de demonstrar que há um mundo paralelo, suprimido, dentro do Paraná, e que tem que ser considerado⁸³

Tendo sido criado a partir da união de profissionais da educação, principalmente, alguns deles com trajetórias marcadas pela militância no movimento negro, é possível compreender a inquietação que pautou os trabalhos do GT e a visão de uma invisibilidade do negro no Paraná, que podemos, enquanto educadores, notar nos livros didáticos, por exemplo. De acordo com a análise possibilitada pelas fontes, compreendemos que o GT parte de eixos muito ligados à posse da terra, como forma de reprodução social, e também à cultura e à tradição, possíveis de serem reproduzidas abertamente a partir da posse da terra.

1.4 ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA MANOEL CIRÍACO EM GUAÍRA E RECONHECIMENTO COMO QUILOMBOLAS

Nós saímos de viagem de Minas Gerais até uma cidadezinha chamada Caiabu, no interior de São Paulo, perto da cidade de Martinópolis, pra frente de Presidente Prudente, em 1964. Nós ficamos ali oito anos. Meu pai comprou isso aqui e aí viajamos para Guaíra. Aqui era um matão quando nós chegamos⁸⁴

A hoje intitulada Comunidade Negra Manoel Ciríaco é formada por descendentes de uma família e leva o nome de seu patriarca. A família reside em Guaíra desde 1964, no Maracaju dos Gaúchos, área rural do município com predomínio de descendentes italianos, quando Manoel Ciríaco trouxe sua família,

⁸² Idem, p. 240.

⁸³ Idem, p. 242.

⁸⁴ Entrevista com José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

originária de Minas Gerais para a região oeste do Paraná, após ter morado alguns anos em São Paulo, na cidade de Caiabu⁸⁵.

As entrevistas que seguem foram realizadas com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos. São duas entrevistas, realizadas em momentos diferentes, mas cuja temática gira em torno da chegada da família a Guaíra, desde Minas Gerais, as dificuldades dos primeiros anos, para aquisição das terras e adaptação ao local. Na entrevista de João, ainda temos os relatos do processo de reconhecimento como quilombolas e as mudanças geradas com essa nova realidade.

João nos fala sobre como o pai comprou as terras no município. "Nosso pai ficou sabendo de uns boatos de que uma... como é o nome... uma companhia... estava vendendo terra aqui e que o pagamento era conforme a colheita, aos poucos"⁸⁶. E José Maria, que chegou a Guaíra aos 8 anos, explica a forma de pagamento "não tinha dinheiro né, aí viemos trabalhando pros outros para pagar a terra"⁸⁷ e João fala sobre a dificuldade nos pagamentos "o pai sofreu demais pra comprar as terras e sempre falou que não era pra nós vender"⁸⁸.

José Maria era o único irmão nascido em Minas Gerais, que ainda residia na comunidade. Mesmo assim, ele veio muito jovem para a município de Guaíra. Os relatos dele, como o transcrito acima, expressam como a memória permeia os relatos, conectando passado e presente, atribuindo novos significados às vivências. José Maria afirma que acompanhou a preocupação com o pagamento das terras, mesmo tendo apenas 8 anos de idade. O que podemos deduzir ao analisar esse e outros relatos (como o dos irmãos nascidos no Paraná, sobre a vinda da família desde Minas Gerais) é que os relatos estão constantemente interligando questões passadas e presentes, tecendo significados. Ao longo de todos os relatos, podemos perceber essa característica.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

⁸⁷ Entrevista com José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

⁸⁸ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

Os relatos sobre os primeiros anos na região são marcados pelas dificuldades

... era tudo mato, tudo mato quando nós chegamos aqui. A dificuldade foi muito grande quando nós chegamos aqui. Era sertão né... e nós queria voltar de onde nós veio. Por causa que nós não se acostumava com o lugar, lugar muito frio... é... muito sofrimento, muito sofrimento... aí as coisa foi acabando... foi acabando⁸⁹

Além da dificuldade com o clima, a família ainda sofreu com as dificuldades de moradia e alimentação.

morava num rancho... era rancho... de pau a pique assim né... de casca de palmito de coco e coberto com tabinha [tábuas]. Dormimos muito tempo em tarimba... de vara. Era pobre... somos pobres até hoje, mas o sofrimento antes era mais do que hoje. Nós sofremos muito. (...)quem tinha coberta, cobria com coberta... quem num tinha, cobria com fardo de lã de algodão né⁹⁰.

Entre tantas dificuldades relatadas durante essa entrevista, Zé Maria (como é chamado pelos familiares) ressaltou a dificuldade com o clima frio da região e com a falta de alimento para a numerosa família, bem como a discriminação (problema ainda presente) que sofriam na região.

Mas nós fomos muito discriminado aqui onde eu tô, muito discriminado... Eu falo sem pedir segredo... foi muito discriminado, muito discriminado... Eu posso conta as vezes que entrei na igreja quando era pequenininho. Antigamente ali nego não entrava em salão de baile. Eles não deixava! Tem um nego ali enterrado, que é no lado de fora do cemitério... companheiro nosso do Estado de São Paulo...⁹¹

Na época em que chegaram a Guaíra, a família era composta por cerca de 70 pessoas, sendo que hoje a comunidade conta com pouco mais de 40 membros. Isso se deve ao fato de que outros irmãos se mudaram da região, uns foram morar na área urbana de Guaíra e outros retornaram para o Estado

⁸⁹ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

de São Paulo, residindo hoje em Presidente Prudente. A escolha por sair das terras adquiridas pelo pai resultou da dificuldade em manter toda a família tirando o sustento da pequena propriedade de terra que possuíam⁹².

As dificuldades foram grandes. A terra era pouca pra nossa família e como a gente tava com dívida, tinha que deixar nossa terra pra trabalhar pros outros. Aí quando voltava, nossa plantação tava quase perdendo. Chego a perder plantação. Aí nossos irmão decidiram voltar pra Presidente Prudente, porque aqui era muita dificuldade⁹³

As dificuldades com clima, falta de alimentação, pouca terra, trabalho como boias-frias, precariedade de moradia e ainda discriminação racial, se mostram como alguns dos motivos pelos quais parte da família vendeu suas terras e voltou para a cidade de Presidente Prudente/SP. Podemos ir além e pensar também nesses elementos como determinantes quando do contato com o Grupo Clóvis Moura. Ao falar sobre os primeiros contatos, Adir afirma "nosso irmão mais velho [José Maria] quis chamar a polícia quando o pessoal de Curitiba veio e falou que a gente era quilombola"⁹⁴.

Os relatos sobre a infância, mas mesmo os relatos sobre a vida adulta, são sempre marcados pelas dificuldades da vida no Paraná. Um deles, João, conta o seguinte sobre sua infância e a vinda de seu pai para Guaíra:

Quando chegou aqui era mato, ele (o pai) teve que derrubá esse mato quase tudo sozinho... a dificuldade era grande... mal sequer a gente tinha uma casinha que era feita de coquero e taubinha né... aí depois ele foi roçando o mato, pegando essa madeira para construir essa casa... mas isso foi bem depois... nem mal sequer aqui em Guaíra a gente tinha cama pra dormi... então a cama da gente era de madeira, de pau mesmo, tirada do mato e faz aquela cama... colchão era feito de palha, que a mãe fazia pra gente né, porque não tinha condições de comprá. Outra parte também que até hoje a gente guarda também é a comida... que a gente quase não tinha pra comê... quando meu pai plantava em algum cantinho do mato que ele roçava, ele plantava arroz, plantava o feijão, mas tinha ano que dava, tinha ano que não dava...⁹⁵

⁹² Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

⁹³ Entrevista com Joaquim dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 03 de junho de 2013, Guaíra/PR.

⁹⁴ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

⁹⁵ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

A chegada da família a Guaíra foi difícil, tanto pela adaptação com o clima, quanto pela dificuldade econômica pela qual passaram. A dificuldade em produzir o bastante para comer e vestir toda a família, fez com que, anos depois, parte dela voltasse ao Estado de São Paulo, onde tinham parentes. Sobre a ida de vários familiares de volta para São Paulo, Adir nos conta que:

a gente chegou a 80 pessoas... umas treze, catorze casas... a gente pegava terra arrendada dos outros, porque era pouca terra para muita gente... e chegando uma época não deu mais prá ficá aqui porque entrou uns maquinário e as pessoas não arrendava mais terra pra ninguém... aí foi onde que foi espalhando o pessoal⁹⁶

Os que preferiram ficar precisaram trabalhar para os proprietários rurais do entorno, como boias-frias, forma que pauta as relações entre quilombolas e o restante dos moradores do Maracaju. Eles também comercializavam produtos em Terra Roxa (município localizado a 20 quilômetros), mas a irregularidade da produção e a dificuldade de chegar até lá (o caminho era feito a pé), fez com que eles parassem de vender os produtos. João, quando perguntado sobre se ele trabalhou ou trabalha para os outros proprietários do Maracaju, disse:

A gente trabalha ainda... hoje a gente trabalha menos... hoje a gente ta trabalhando mais um pouquinho pra gente né... a gente mexe na horta, mas antigamente era só pros outros... tá aqui até hoje trabalhando muitos anos pros outros, só pros outros, só pros outros (diminuindo a entonação)⁹⁷

Essa última fala em que ele repete “só pros outros”, diminuindo a entonação, parece transparecer não só o relembrar dessa situação, mas a tristeza em constatar que, por anos, eles não puderam trabalhar para si, para cuidar da sua própria terra, mas da terra de terceiros. A possibilidade de cuidar de sua própria terra pode, inclusive, explicar o atual reconstruir de identidades na comunidade⁹⁸.

Quando, em 2006, pela primeira vez um grupo de pesquisadores do GT Clóvis Moura esteve na comunidade, houve bastante estranhamento, havendo

⁹⁶ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

⁹⁷ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

⁹⁸ Essa questão do reconstruir de identidades será abordada adiante.

relatos, inclusive, de que um dos irmãos, José Maria, o mais velho, teria pedido que os outros irmãos chamassem a polícia, porque ele não confiava nos pesquisadores. Os primeiros contatos foram tímidos, mas depois de buscar uma fala autorizada⁹⁹ pela sua posição de representatividade política, o então prefeito Fabian Vendruscolo (Partido dos Trabalhadores), a comunidade quilombola acreditou nesses pesquisadores, que diziam que eles eram quilombolas e que teriam vários direitos.

Adir Rodrigues dos Santos foi escolhido para representar legalmente a comunidade e participar de reuniões com outras comunidades, com autoridades, com o movimento negro. Uma das entrevistas realizada com ele demonstra esse contato mais direto com esses outros grupos, através de uma fala bem politizada, mais organizada, estruturada e da referência constante à necessidade de reparação, de políticas que permitam ao negro “andar com as próprias pernas”¹⁰⁰. Sobre o processo de reconhecimento, ele diz:

Em 2006, aí apareceu esse pessoal de Curitiba aqui... chegou num dia de domingo aqui pra conversar com a gente, onde a gente começou a desconfiar deles né... como a gente não tem nada, fica com cisma de perder o que já tem né... aí os irmãos já ficaram meio com medo, **mas tentamos acreditar...** aí fomos até o prefeito Fabian. Eles (de Curitiba) foram junto pra conversar com o prefeito. O prefeito também não sabia o que tava se passando... aí veio uma ligação de Curitiba e ele disse que era para lutar que o negócio era certo.(grifos meus)¹⁰¹

Na fala de Adir, percebemos o medo dos irmãos com relação à nova identificação, de que eles seriam descendentes de quilombo, mas também demonstra a vontade de acreditar que isso fosse real e de que eles tivessem direitos e apoio do governo para produzir em sua terra. Adir fala em outro momento que “nossa maior luta é a terra”¹⁰², deixando claro que a questão de tornar a terra produtiva (a partir de sua lógica, que se desvincula do agronegócio) é o mais importante.

A gente tem saúde, tem força, tem inteligência... acho que se a gente tivesse apoio... a gente não tem recurso financeiro... a terra da gente é pouca. A gente tem dívida com o Banco do

⁹⁹ BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁰⁰ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

Brasil... porque se a gente tivesse hoje acesso ao banco, a gente podia montar alguma coisa pra gente estar trabalhando. Por isso que a gente tá precisando de apoio.¹⁰³

Interessante notar que o apoio governamental parece a única solução para esse grupo se tornar financeiramente independente, de deixar de trabalhar para outros proprietários rurais e passar a investir nas terras adquiridas pelo senhor Manoel Ciríaco, patriarca da família, que veio para Guaíra na tentativa exatamente de deixar de trabalhar para os outros, de poder ter um pedaço de terra próprio e tirar dele o sustento¹⁰⁴. Podemos entender esse pedido por apoio como uma tática¹⁰⁵ do grupo, através da qual se vislumbra a possibilidade de, a partir de dentro do sistema, criar condições melhores para eles.

O reconhecimento chega como uma nova possibilidade de gerar renda a partir da própria terra, mas além disso de assumir uma identificação dentro do grupo, inclusive a fim de garantir sua autonomia, através da produtividade de suas terras. Nesse sentido, podemos compreender o interesse em assumir uma identidade que seja quilombola, negra, que reivindique uma cultura própria e direitos específicos.

Para construir essa identidade, a comunidade tem cursos principalmente de artesanato quilombola (com fibra de bananeira e argila) e de capoeira, que expressariam a cultura negra, baseada em um conceito que a representa como algo acabado, atemporal, sem interferências de localidade ou de outros elementos culturais, enfim, uma cultura negra pura, utilizada para legitimar a comunidade como quilombola.

Esses cursos são ministrados por órgãos ligados ao governo, como o Senar/PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná) e também por um capoeirista, que ao saber da comunidade quilombola, se dispôs a ensinar os moradores a jogar capoeira, já que eles não sabiam. Além disso, o contato cada vez mais frequente com outras comunidades quilombolas e com o movimento negro tem intensificado essa construção de uma identidade negra. Como nos conta Adir:

¹⁰³ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Hoje a gente tem ligação com os órgãos do governo, em Curitiba e em Brasília... Hoje tem vários amigos de Curitiba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, quase todos os estados do Brasil inteiro, conheço bastante gente... (...) Eu sempre falo para eles que a gente escutando as histórias, conhecendo outras pessoas, até mais sofridas do que a gente, a gente vê que esse Brasil foi construído por um monte de negro... se cada um pudesse fazer uma parte e ajudasse os negros, apoiasse eles, para que eles também tivessem oportunidade de andar com as próprias pernas, não existiria o Brasil do jeito que está hoje...¹⁰⁶

Muito além de considerá-los uma comunidade quilombola ou não, estamos lidando com o processo de construção de uma identidade étnica negra. Para entender esse processo, podemos recorrer a Stuart Hall, em seu ensaio intitulado Quem precisa de identidade?¹⁰⁷. Para Hall, as identidades não são únicas, homogêneas (nem mesmo dentro de um grupo que se pretende homogêneo), mas fragmentadas em inúmeras outras identidades, construídas através da narrativa, das "práticas e posições"¹⁰⁸, estando em constante processo de mudança e obedecendo à necessidade de se integrar e se posicionar diante de outros grupos, modificando as relações de poder existentes, tornando-se "dominante, subalterno, igual, diferente"¹⁰⁹.

É preciso refletir sobre como se dá o processo de construção de uma identidade étnica em uma comunidade negra, pensando no processo que ocorre desde seu reconhecimento como grupo diferenciado, através do contato com o movimento negro e outros elementos que colaborem com sua construção, da apropriação do que é considerado cultura negra, em oposição a uma cultura não-negra (a partir do pressuposto de que somos o que somos em relação ao outro).

Há a necessidade, também, de se perceber os conflitos que essa redefinição identitária causa dentro do grupo, através da construção mesma da imagem pessoal deles, e também o que mudou em relação à comunidade do

¹⁰⁶ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁰⁷ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

¹⁰⁸ Idem, p. 108.

¹⁰⁹ PRAXEDES, Rosângela Rosa. Pensando raça e cor com Stuart Hall: algumas reflexões a partir do significado de negro. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 3, n. 36, maio de 2004.

Maracaju dos Gaúchos, a visão que a população do Maracaju tinha e como isso foi modificado, principalmente relacionado à questão da terra, que se mostrou agente gerador de um outro tipo de relação entre os não-negros e os negros, ou brancos e não-brancos. É o que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DE FAMÍLIA CIRÍACO DOS SANTOS A COMUNIDADE QUILOMBOLA MANOEL CIRÍACO DOS SANTOS

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção de identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.¹¹⁰

Nesse capítulo, tendo como inspiração a frase de Pollak, citada na epígrafe, procuramos analisar de que forma a família Ciríaco dos Santos tornou-se Comunidade Negra Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. O estudo envolve, por meio de narrativas orais, a construção de identidades, bem como aspectos como a mudança física, com utilização de acessórios afro, por exemplo, e representações sobre as formas de cultivo, alimentação, socialização, diversão e religião. Partimos da perspectiva de que as identidades são mutáveis e obedecem a determinados objetivos. A identidade é uma disputa, como acontece no caso estudado, em que um grupo (re)constrói sua identidade a partir da sua relação com outro grupo, e reivindica através dela uma série de benefícios, um tratamento diferenciado.

Para analisar essa reconstrução de identidade, vamos utilizar as fontes orais e também alguns jornais da cidade que veicularam matérias e/ou artigos sobre a comunidade, especialmente sobre a questão da terra, atualmente em disputa na localidade.

Mesmo as memórias individuais são construídas através das relações que construímos em nossa vivência; ainda que voltemos a um mesmo lugar depois de anos e recordemos dele, essas lembranças de algo passado serão

¹¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5.

mediadas pelas experiências vividas no presente, os diferentes lugares que conhecemos ao longo da vida, por exemplo. Assim como as memórias individuais não são iguais, mesmo que os indivíduos pertençam aos mesmos grupos, as memórias coletivas não significam em absoluto que haja unidade dentro do grupo. As memórias de grupos políticos ou organizados de alguma forma pretendem essa unidade e utilizam um discurso que, por vezes, pode dar a impressão de uma unidade. Apesar disso, os diferentes sujeitos desses grupos possuem diferentes conceitos sobre si e os outros, ainda que suas memórias sofram influência dos grupos aos quais pertençam¹¹¹.

As memórias, tal como as identidades, são objetos de disputa. Mutáveis, elas se transformam na medida em que surge uma necessidade de diferenciação em relação a outros sujeitos. No caso da comunidade quilombola em questão, há uma reformulação de identidades com o reconhecimento como quilombola e o conhecimento dos direitos que são atribuídos a essa condição. Mais do que isso, há a identificação como negros, com um passado escravo que merece reparação e a positivação dessa característica negra, algo que não estava presente antes, quando ser negro significa ser discriminado e não “se misturar”, “ficar no seu canto”¹¹².

2.1 UM PASSADO PRESENTE

Em 2006, através da indicação de uma conhecida da família¹¹³, o Grupo Clóvis Moura realizou uma pesquisa que culminou com o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo: quilombolas. Desde então, um representante da comunidade, atualmente o senhor Adir Rodrigues, participa com frequência de reuniões estaduais e nacionais com governantes, secretários e membros de outras comunidades quilombolas e do movimento negro, esses últimos que mais recentemente passaram a frequentar a comunidade periodicamente.

¹¹¹ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992.

¹¹² Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹¹³ Idem.

As entrevistas relatando o período da chegada do GT Clóvis Moura mostram o estranhamento da família.

O pessoal de Curitiba chegou aqui num domingo e foi conversando com a gente, perguntando das histórias da família. Aí falaram dessa coisa de quilombola. Um irmão meu chegou a querer chamar a polícia, porque a gente não sabia o que era isso. E quem tem pouco, tem medo de perder o que tem.¹¹⁴

De um lado o estranhamento, do outro a necessidade e a esperança. Constantes são as afirmações como "a gente não era reconhecido"¹¹⁵, "o governo nunca procurou a gente"¹¹⁶. Que aos poucos ganha outras formas "a gente quer lutar por um direito que é da gente"¹¹⁷, ou ainda "desde quando nós foi reconhecido, nós já sabe que tinha uma indenização muito grande, direito em terra, em tudo. Temos todos os direitos de uma pessoa que vive bem"¹¹⁸.

José Maria, quando perguntado sobre a forma de tratamento que recebiam em Guaíra e em Terra Roxa, duas das cidades em que a família Ciríaco dos Santos costuma frequentar para fazer compras, ir ao médico, vender os produtos produzidos, etc, nos disse que:

Lá em Terra Roxa nós era bem recebido, mas aqui nós não era... aqui onde nós mora, aqui nós não era recebido (...) Nós fomos muito discriminado aqui onde eu tô, muito discriminado. Eu falo sem pedir segredo. Foi muito discriminado... muito discriminado... Eu posso conta as vezes que entrei na igreja quando era pequenininho. Antigamente ali nego não entrava em salão de baile. Eles não deixava! Tem um nego ali enterrado, que é no lado de fora do cemitério, companheiro nosso do Estado de São Paulo.¹¹⁹

E ainda sobre a forma de tratamento, agora de maneira mais genérica, José Maria diz:

¹¹⁴ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

¹¹⁷ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹¹⁸ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

¹¹⁹ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

E existe a discriminação...é...não todos né? não todos mas existe, existe...o nêgo ele num é bem ricibido em todo lugar que ele chega...hoje...hoje os tau de religião...sobre a cor negra.. .hoje tá sendo mais bem recibido por modo do Presidente Lula...é...primero foi a Princesa Isabel... primero... eee... todos nêgo da valor à princesa...todos...é...i hoje tá o Presidente Lula como reis...o Presidente Lula.¹²⁰

Podemos perceber na primeira fala que Zé Maria retrata o negro como aquele que deveria ficar em seu canto, até mesmo porque, embora ele tente se integrar, indo à Igreja ou a festas, ele é barrado, por ser negro. Essa é uma visão negativa de sua própria imagem, nos permitindo perceber porque essa característica parece ser negada.

No segundo trecho, notamos uma importante ponte entre o passado e o presente na trajetória dessa família, uma construção histórica dessa trajetória, com objetivos presentes. José Maria compara o tratamento dado pelo presidente Lula, através das políticas de valorização, à abolição assinada pela princesa Isabel, conectando e ressignificando as histórias repassadas dentro de sua família. Esse jogo com o tempo nas narrativas, também presente na definição da Associação Brasileira de Antropologia sobre quilombos¹²¹, é que perpassa todas as narrativas dos entrevistados, assinalando importantes aspectos do processo de autoidentificação.

Ainda vemos a percepção de que o tratamento melhorou por conta das políticas de Estado adotadas pelo governo Lula, apesar de o entrevistado reconhecer que ainda existe discriminação por parte de alguns. Para alguns membros da comunidade, muitos moradores do Maracaju dos Gaúchos os encaram apenas como mão de obra, mas não os insere em outras relações, como as religiosas ou festivas, pode também justificar o desejo da comunidade quilombola de ser encarada de forma diversa, de ter reconhecimento, e com isso conseguir incentivo para produzir em suas próprias terras e não mais depender do trabalho como bóias-frias.

A referência à princesa Isabel como a primeira a tratar os negros de forma diferente é bastante comum em relatos de ex-escravos e seus descendentes. Em dois outros trechos dessa entrevista aparecerem referências

¹²⁰ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹²¹ Grupo de Trabalho “Comunidades Negras Rurais”/ABA. “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, Associação Brasileira de Antropologia”, 1994.

à princesa Isabel, primeiro em relato emocionado de uma história contada pelos avós do entrevistado de que um escravo liberto, que trabalhava na extração de ouro e pedras preciosas, teria dado um diamante para a princesa em agradecimento pela libertação. E ainda, a lembrança de que no dia 13 de maio sua mãe sempre os fazia rezar para princesa Isabel, agradecendo.

Ainda sobre a princesa Isabel, José Maria fala:

sofrimento... porque quando a princesa libertou mas não deu nada, só libertou...mas as pessoa saiu pras estrada sem direito a nada né... vocês sabe porque eu tô contando assim o que sucedeu com minha família... vocês lêem livro, eu não sei lê né... eu tô contando o que minha vó contava... saiu sem nada... saiu sem nada... ainda continuou trabaiano... muitos voltou pra trás... muitos voltou... muitos voltou pro mesmo lugar que saiu voltou trabalhar...voltou trabalhar...¹²²

Apesar da gratidão à princesa, expressa pela emoção ao recordar a história do escravo que a presenteou com um diamante, há a “consciência” de que ela “não deu nada, só libertou”¹²³ e que, por isso, muitos escravos continuaram a ter que trabalhar nas mesmas fazendas em que foram escravos, sem muitas condições, num primeiro momento, de mudança. Foi isso que aconteceu a família Ciríaco dos Santos, que passou vários anos após a abolição ainda nas terras em que tinham sido escravos.

A partir da década de 80, com o fortalecimento do movimento negro e o avanço da pesquisa em história social, houve uma revisão dos temas da abolição e pós-abolição, criticando a visão da abolição como um ato de bondade da princesa Isabel e passando a perceber o papel desempenhado pelos escravos negros na luta pela liberdade. As várias formas de resistência negra, como os quilombos, foram movimentos que precederam e acabaram por pressionar a assinatura da Lei Áurea¹²⁴.

¹²² Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guará/PR.

¹²³ Entrevista com José Maria, concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 15 de agosto de 2008, em Guará/PR.

¹²⁴ MATTOS, Hebe. "Remanescentes das comunidades dos quilombos": memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil". **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, 2006, p. 104-111. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/09-hebe-mattos.pdf>

No meio acadêmico¹²⁵, esse chamado ato de bondade da abolição pela princesa Isabel é muito contestado, mas é elemento corrente em discursos leigos, e em especial, em depoimentos de descendentes de escravos, como no caso da nossa entrevista, o que nos leva a refletir sobre a intervenção dos novos vínculos que a comunidade constitui com o movimento negro, com instituições públicas, com “letrados” de forma geral. É corrente no discurso desses grupos a crítica à abolição e também a afirmação da necessidade de se rever as desigualdades geradas por essa “abolição” através de políticas públicas, o que explica inclusive a referência ao presidente Lula, indicando uma relação entre as duas posturas (a da princesa e a do presidente) e uma politização que critica a primeira e exalta a segunda. Não que, em toda sua humildade, José Maria, não pudesse fazer essa correlação sozinho, mas, tendo em vista o contexto em que a comunidade se insere, podemos entender que parte desse discurso, pelo menos, provavelmente foi apropriada depois do reconhecimento, através dos novos contatos da comunidade.

José Maria também trata a cidade do Cerro/MG, de onde vem sua família, como cidade histórica, o que deixa entrever essa influência de uma nova visão, possivelmente externa, de seu passado e do passado da sua família. Além disso, a ênfase no passado sofrido da família pode ser também uma forma de legitimar esse passado escravo, o que não quer dizer que ele tenha sido inventado, mas apenas ressignificado. O uso do termo 'cidade

¹²⁵ Sobre escravidão negra e abolição no Brasil, ver: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. cientistas, instituições e questão racial no Brasil no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988; SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio** – história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2000; CASTRO, Hebe Maria Matos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, Ciências Humanas, 1982; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

histórica' demonstra a valorização de seu passado como histórico, constituindo uma singularidade em relação a outras cidades e reforçando uma identificação quilombola, que também é ancorada no passado.

Alguns exemplos de como a identidade para esses grupos têm sido construída podem ser notados através de aulas de capoeira, prática que é adotada durante esse processo de construção de identidade. As aulas foram ministradas a partir de 2007 pelo mestre de capoeira Djalma Mariano da Silva, fundador da Academia de Capoeira Praia de Salvador, em Guaíra, em 1991. Sobre como conheceu e decidiu ministrar aulas na comunidade, Djalma nos diz:

quando ouvi falar sobre a comunidade quilombola, logo me interessei em conhecê-los, porque tenho minhas raízes negras também. Eles já tinham perdido essa cultura da capoeira, então achei que era importante dar aulas pra eles e ajudar a resgatar isso¹²⁶

Percebe-se, nesse trecho, uma concepção de cultura como substância, como algo que se perde e se resgata. Isso nos remete às palavras de Maria Bernardete Ramos Flores, na apresentação de um livro sobre a construção de uma identidade açoriana em Itajaí, Santa Catarina:

[...] O tão propalado 'resgate' da cultura produz a ilusão do retorno ao passado. Na verdade, nada é resgatado. O trabalho, extenso, capaz e inteligente, dos 'fazedores da festa,' resume-se na perspicácia de descobrir, escolher, juntar e montar elementos tirados do grande cascalho da história, aquelas peças que possam dar coerência e cimento para a construção de um imaginário social. [...] ¹²⁷.

A comunidade também teve cursos de artesanato quilombola, com argila e fibra de bananeira, ministrados em 2007, através de um convênio entre Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Emater (Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná) e Sindicato Rural. Além disso, é visível nos acessórios étnicos, no jeito de arrumar o cabelo das meninas (agora com tranças afro) e nas expressões (axé, por exemplo) que as identidades têm sido construídas e reconstruídas constantemente.

¹²⁶ Entrevista com Djalma Mariano da Silva, concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 30 de setembro de 2007.

¹²⁷ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Apresentação. In: SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999. p. 13.

Notamos o processo de construção da memória pelo social durante as entrevistas, a própria oralidade, presente nas repetições e na mudança de entonação, comprova a tese de que a memória é construída no presente (da entrevista). O que é narrado não é apenas o vivido, mas na narrativa também está presente a forma como o narrador percebe o seu passado, por meios de novos elementos e “orientado”, inclusive, pelo pesquisador.

Assim, ao trabalhar com as fontes orais é preciso levar em conta essas características, no sentido de também investigar a sua presença na fala, não deixando de lado a subjetividade presente tanto no pesquisado quanto no pesquisador, e não no sentido de buscar uma neutralidade (obviamente impossível), mas no sentido de situar a fala em um contexto de constante modificação.

Também fica clara a referência à ascendência africana da família em trechos como “...e minha vó falava que minha bisavó falava muito de... falava assim em Angola, falava na Guiné né... minha vó falava línguas em orubá... orubá... é... falava... falava em língua diferente...”¹²⁸. Isso indica a consciência pré-reconhecimento, mas provavelmente incentivada por ele, de que há na família descendentes vindos da África.

Apesar disso, em outro trecho, José Maria ainda diz “as tia das tia, eu conheci... ela era bem descendência mesmo, mas nós não ligava... porque nós... meu pai falava nos escravo né... meu pai falava nos escravo...”¹²⁹ Nesse último trecho podemos perceber que havia uma espécie de estranhamento em relação a essa parte da família, a parte que falava em línguas estranhas e fazia referência à Angola e Guiné, africana, portanto. O que nos remete à questão pontuada anteriormente de que há para esse grupo, num momento anterior ao reconhecimento, uma visão inferiorizada dos negros, que causa estranhamento e que está vinculada ao passado, expressa na relação feita entre negro/africano e escravo. Seguindo esse raciocínio, o negro é aquele que é

¹²⁸ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹²⁹ Idem.

escravo e por isso deve se colocar em seu lugar, afastado dos não-escravos, isolado¹³⁰.

As narrativas dos entrevistados são sempre pautadas pela história da família, desde sua vida em Minas Gerais, até o estabelecimento em Guaíra e as dificuldades advindas disso, bem como muitas histórias são histórias passadas oralmente dos mais velhos aos mais jovens, sendo muito comum ouvir “tô contando o que minha vó contava” ou “meu pai sempre contava que”¹³¹. O entrevistado não viveu algumas das situações que narra, mas conheceu a história de fontes seguras, autorizadas, contada pelas avós, pelo pai e pelas irmãs mais velhas.

Esse aspecto também foi percebido nos relatos de descendentes de escravos pesquisados por Hebe Maria Mattos e Ana Maria Lugão Rios¹³². Nessa pesquisa, foram realizadas entrevistas com descendentes de escravos dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Os grupos entrevistados foram se identificando como quilombolas, numa (re)construção de suas narrativas a partir de relações do presente, tal como observamos no presente trabalho.

A história da vida da família, tanto em Minas Gerais quanto em Guaíra, é contada com tristeza, por conta do sofrimento, da dependência, da falta de conhecimento e habilidade para lidar com “o outro” (no caso de Guaíra). A família Ciríaco dos Santos vem de Minas Gerais, onde a geração dos bisavós e dos avós foi escrava. Mesmo após o fim do cativeiro, as memórias são de que a família continuou trabalhando para os donos de terra da região, seja nas lavouras, seja na mineração e não para si. A família morou por um tempo em uma loca, espécie de caverna em Minas, plantando alguns alimentos para subsistência. O senhor Manoel, patriarca da família, trabalhava na lavoura de café, cana de açúcar e também o transporte de mercadorias, rapadura, cachaça, etc, nas mesmas terras, para o mesmo fazendeiro para o qual seus pais e avós trabalhavam na época da escravidão.

¹³⁰ Sobre a ideologia do branqueamento e o papel subalterno legado aos negros no pós-abolição, ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. ***Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³¹ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹³² MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria L. ***Memórias de cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição***. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Foi essa condição de dependência que estimulou Manoel Ciríaco dos Santos a vir para Guaíra, quando ouviu o boato de que uma companhia estava vendendo terras na região, com pagamento a longos prazos. Depois de trabalhar por vários anos em São Paulo, conseguiu algum dinheiro para pagar parte das terras e buscar a família em Minas¹³³.

A companhia colonizadora responsável pelo projeto de colonização da região em que se localiza a família foi a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que além de vender terras diretamente aos agricultores, também vendia propriedades maiores, que foram posteriormente desmembradas e loteadas¹³⁴. Entre as décadas de 1950 e 1970, a região de Guaíra foi colonizada por diferentes companhias, ao contrário do que podemos observar em outros municípios do oeste do Paraná. O objetivo dessa colonização é "ocupar o território, de modo racional"¹³⁵, dessa forma, obedecendo aos projetos de colonização, a região de Guaíra recebeu grande parte de seu fluxo migratório vindos do sul do Brasil, mas também do norte e sudeste¹³⁶.

Os primeiros anos em Guaíra são lembrados com muito sofrimento. O clima frio, muito diferente do clima mineiro, prejudicou não só a plantação ao longo do tempo (e não apenas nos primeiros anos), mas também dificultou a vida da família, que simples, não tinha roupas ou calçados adequados para o frio. As roupas eram feitas de pano de saco e as cobertas eram de palha de milho¹³⁷.

Com o falecimento de Manoel e sua esposa, os filhos do casal encontraram novas dificuldades. Com as terras no nome do patriarca, eles não conseguiam financiamento para plantar. Além disso, a família já tinha uma dívida com o Banco do Brasil, utilizada para outras safras, que não produziram¹³⁸.

¹³³ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹³⁴ GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra: um mundo de águas e histórias**. 1ª edição. Marechal C. Rondon. Editora Germânica, 2008.

¹³⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.101.

¹³⁶ Para mais informações sobre colonização no Oeste do Paraná, ver Gregory, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2002.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR. Para crédito fundiário e rural, ver

Com alguma dificuldade, conseguiram acordo com uma empresa de Terra Roxa, que fornecia semente e adubos e recebia o pagamento com a colheita. Dessa forma, eles puderam produzir em suas próprias terras. Apesar disso, a família ainda passava por dificuldades enquanto a época da colheita não chegava, precisando recorrer ao trabalho de bóia-fria nas propriedades vizinhas. Alguns membros da família voltaram para o Estado de São Paulo, vendendo uma parte das terras para os vizinhos. Os irmãos que ficaram: Joaquim, João, Adir e José Maria estavam dispostos a não vender as terras que o pai deles havia conquistado com tanto esforço. A produção caminhava a passos lentos e a família optou por arrendar parte de suas terras, como meio de conseguir renda e pagar as dívidas adquiridas ao longo do tempo.

A terra, que os irmãos procuram manter, apesar das dificuldades, vem sendo, desde 2009, alvo de conflito na região, entre os quilombolas e os demais moradores do Maracaju dos Gaúchos.

No final de 2009, o INCRA começou a desenvolver um trabalho na área em que está localizada a comunidade quilombola. O objetivo do INCRA, segundo consta no site do Instituto, é a regularização de territórios quilombolas. Para que esse trabalho seja realizado, a comunidade, já reconhecida pela Fundação Palmares, deve enviar um pedido ao INCRA para que ele proceda à pesquisa. O trabalho do INCRA é realizado da seguinte forma:

A primeira parte dos trabalhos do INCRA consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.¹³⁹

MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹³⁹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas> Acesso em: 10 de setembro de 2010.

A comunidade quilombola enviou o pedido de reconhecimento ao INCRA em 03 de dezembro de 2007. Em um artigo publicado no *Jornal Ilha Grande*, de 14 de novembro de 2009, escrito por Luiz Segundo Giacomini, membro de uma família que possui terras próximas à comunidade quilombola e que foi notificada pela INCRA sobre o estudo na área¹⁴⁰, ele reproduz e comenta um trecho desse pedido feito pela comunidade. Para ele, a comunidade pretende

solicitar a demarcação da área denominada Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos, localizada no município de Guaíra no Estado do Paraná e em seguida a expedição do título de reconhecimento de domínio das terras que ocupamos, como nosso território de modo coletivo nos termos do art. 68¹⁴¹.

Todo o documento encaminhado pela comunidade ao INCRA segue nesse tom, de reconhecer a propriedade em que eles estão como terra quilombola, de uso coletivo. Apesar disso, o autor do artigo acusa o INCRA de querer desapropriar os pequenos proprietários das redondezas, em favor dos quilombolas, pedindo que o pedido enviado ao INCRA seja refeito para que “as terras sejam demarcadas segundo os títulos que possuem por ser mais que o suficiente a desenvolver as atividades que desenvolvem”¹⁴² e ainda diz aos quilombolas que “se restrinjam tão e somente as terras adquiridas pelo Sr. Manoel”¹⁴³. O autor usa esse tom acusatório, muito embora não haja menção alguma a aumentar a área das terras quilombolas, mas apenas a demarcar e titular as terras já ocupadas, com o objetivo de tornar as terras coletivas.

As terras em que a família Ciríaco dos Santos está hoje foram adquiridas pelo Sr. Manoel, progenitor, nos anos 70 no processo de loteamento e ocupação da região. Em seus relatos, os membros da comunidade¹⁴⁴ afirmam que o intuito do INCRA não é desapropriar os moradores dos arredores, uma vez que as terras quilombolas são tituladas e não constituem um problema como invasão de propriedade, grilagem, etc.

¹⁴⁰ GIACOMINI, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² GIACOMINI, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

A política do INCRA em relação à regularização de terras quilombolas é regulamentada atualmente ao decreto 4887/2003, que determina que "são terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural". Esse decreto reconhece a auto-definição como critério de reconhecimento quilombola e também define que a própria comunidade remanescente de quilombo é deve indicar as terras a serem demarcadas, tendo em vista as funções dessas terras para o grupo. A partir disso, o Incra procede os estudos demarcatórios¹⁴⁵.

Apesar disso, a reação de alguns proprietários de terra do Maracaju dos Gaúchos foi violenta. Em diversas oportunidades, eles ameaçaram funcionários do INCRA, impedindo eles de chegarem à comunidade quilombola, também impediram o acesso de outros veículos públicos ao local, o que gerou forte conflito, chegando a haver intervenção policial. Esse novo contexto de disputa também modificou as relações existentes antes entre os quilombolas e os demais moradores da localidade.¹⁴⁶

2.2 PRESENTE: USOS E TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA

Nesse sentido, é interessante refletir também sobre em que medida esse novo elemento de disputa pela terra influi sobre as identidades desses quilombolas. Mesmo sem falar diretamente sobre a questão da terra, se eles têm ou não direito sobre, algumas entrevistas evidenciam o desejo de uma reparação histórica, através da constante referência a um passado escravo.

Atentemos para algumas questões acerca desse conflito. Além de estar previsto em lei que o INCRA deve fazer esse trabalho de regulamentação fundiária, o pedido da comunidade pode ser entendido como uma forma de regularizar a situação das terras em que eles vivem (e não conseguir mais terras), já que uma das reclamações recorrentes é o fato de que, em função das terras ainda estarem no nome do pai, os irmãos não conseguem acordos

¹⁴⁵ Ver detalhes sobre o processo no capítulo 3.

¹⁴⁶ Os conflitos decorrentes desse processo serão analisados no terceiro capítulo.

bancários ou com outras empresas para financiar maquinário ou mesmo insumos para produção agrícola.

Com a regularização das terras pelo INCRA, a terra passa a adquirir o status de propriedade coletiva. O que muda? O acesso a políticas públicas permite que comunidade consiga variadas formas de financiamento para suas atividades produtivas. E mais, o caráter que as terras assumem também protege a comunidade do mercado de terras e da especulação, uma vez que as terras não podem ser vendidas (o que é desejo da comunidade). Assim, mantêm-se a permanência na terra, com a garantia de possibilidade de produzir e gerar renda através da própria terra da comunidade¹⁴⁷.

Ao observar essa situação, podemos refletir sobre o conceito de tática, de Michel de Certeau, uma vez que "As táticas apontam para uma *hábil utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder"¹⁴⁸. Para o autor, a tática é a "arte do fraco"¹⁴⁹, pois é constituída na ausência do poder. Dessa forma, a comunidade se utiliza de táticas para agir, uma vez que não constitui um sujeito de poder. Todo o processo de assumir-se negro quilombola, reivindicar direitos de reparação, podem ser entendidos como táticas do grupo para se mover no campo inimigo.

Sobre a relação da comunidade com a terra, podemos citar José Maria. Ao ser perguntado sobre seus modos de vida, ele resumiu "se a pessoa tem uma mandioca pra fazer a farinha, pra fazer um tutu...ah... a pessoa vive sossegado né... vive sossegado"¹⁵⁰. Essa fala expressa quais os usos que a família considera importantes da terra: tirar dali o próprio sustento. Adir reafirma essa noção dizendo "as coisas vão modernizando, a gente vai acompanhando... E pra nós foi pior. Perdemos nossa cultura. Antes a gente tirava nosso sustento daqui e hoje a gente tem que buscar na cidade"¹⁵¹. Ele se queixa da incapacidade da comunidade de produzir para o próprio consumo,

¹⁴⁷ BRASIL. Decreto nº. 4.887/03, em 20 de novembro de 2003.

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 96.

¹⁴⁹ Idem, p. 95.

¹⁵⁰ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹⁵¹ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaíra/PR.

evidenciando também que, diferente das propriedades vizinhas, esse é o objetivo da produção na terra.

Para contribuir nessa análise, vejamos as seguintes fotografias.



Figura 2 - Horta da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Ao fundo, plantação de monocultura (milho). 27 de novembro de 2007.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 3 - Horta da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Ao fundo, plantação de monocultura (milho). 23 de julho de 2014.

Fonte: Arquivo pessoal

Nas duas fotografias, em diferentes épocas do ano (e separadas por 7 anos), podemos perceber ao fundo a divisa com outra propriedade. Em oposição à produção de legumes e verduras na propriedade da Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, vemos uma monocultura (soja e milho). Os próprios moradores da comunidade plantam, cuidam e colhem os legumes e verduras produzidos na horta. As culturas são de alface, couve, almeirão, chicória, espinafre, rúcula, cebolinha, salsa, beterraba, cenoura, que são plantados dependendo da época do ano e também da demanda¹⁵². A produção da comunidade é, segundo relatos, constantemente prejudicada pelo uso de agrotóxicos nas propriedades próximas.

Essa diferença de produção marca os diferentes usos da terra para esses dois grupos (quilombolas e demais agricultores). Temos de um lado a lógica do agronegócio, que preza pela produção massiva de determinada cultura e de outro a lógica da produção de subsistência, caracterizada pela variedade de cultivos. Um artigo, publicado por um herdeiro das terras vizinhas à comunidade, afirma que os proprietários de terras da região, em oposição aos quilombolas, "sustentam nossa economia, gerando empregos e impostos

¹⁵² A comunidade tem convênio com o governo do Estado para fornecimento dos produtos da horta para as comunidades indígenas do município.

para levar esse país avante"¹⁵³. Nessa fala, o autor não apenas se posiciona, mas também posiciona os quilombolas como o oposto dessa afirmação. Ou seja, para ele, ao contrário dos demais proprietários de terra, os quilombolas não sustentam a economia, nem geram empregos, nem pagam impostos.

Percebemos nessa oposição a marcação do conflito entre agronegócio e agricultura familiar, expresso inclusive dentro dos órgãos governamentais brasileiros hoje, através da ideia de duas agriculturas no Brasil, como definem os especialistas¹⁵⁴. Nesse tipo de discurso, se busca, através da criação e/ou reprodução de estereótipos, veicular uma imagem negativa do outro, marcando as diferenças entre o outro e eu.

O uso de agrotóxicos é outra distinção entre os usos da terra pelos dois grupos, como fica expresso no seguinte relato:

Temos que conviver com os agrotóxicos né... Nossa horta é orgânica, não usamos nenhum tipo de veneno químico, só plantas para espantar os insetos. Mas quando os vizinhos passam veneno, o vento traz tudo pra nossa horta. Além de prejudicar a horta, é perigoso pra gente né, pras nossas crianças¹⁵⁵

Além do uso diverso da terra, os entrevistados demonstram o valor dela, vinculando-a ao passado sofrido de seu pai na conquista da área. "A gente perde tudo o que tem, mas deixa a terra. O pai sofreu demais pra comprar as terras e não era pra nós vendermos"¹⁵⁶.

Como já vimos, as narrativas sobre a chegada da família à Guaíra são marcadas pela dificuldade de adaptação ao clima, precariedade de alimentação e moradia, preconceito. Esses sujeitos evidenciam esses aspectos sofridos da obtenção das terras para justificar sua permanência e sua vontade de sobreviver da terra conquistada com os esforços do passado.

¹⁵³ GIACOMIN, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Ilha Grande**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

¹⁵⁴ Para um balanço desse cenário de agricultura familiar versus agronegócio, reconhecido através da disparidade de políticas públicas federais, desde a década de 80, ver: DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Nelson_Giordano_Delgado-3.pdf. Acesso em: março de 2015.

¹⁵⁵ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaíra/PR.

¹⁵⁶ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

Para justificar que os quilombolas não necessitam de terras, o autor do artigo¹⁵⁷ cita o arrendamento das terras da família aos proprietários vizinhos. O que não parece proceder, já que dadas as circunstâncias, o arrendamento constitui renda para essa família, que a terra não gera. E não gera porque as noções sobre o uso da terra para esses dois grupos, quilombolas e não-quilombolas, são diversas.

As propriedades do Maracaju dos Gaúchos, apesar de não constituírem grandes áreas, produzem para o mercado, plantando soja e milho, principalmente, conforme observamos nas fotos anteriores. A produção nas terras quilombolas é, desde a chegada deles em Guaíra, pautada na produção de subsistência, através da plantação de milho, arroz, feijão, mandioca, além de verduras e leguminosas.

Um dos entrevistados, José Maria, nos dá uma ideia da dimensão da relação que a comunidade quilombola estabelece com a terra, dizendo “se a pessoa tem uma mandioca pra fazê farinha pra fazê tutu, a pessoa véve sussegado né”¹⁵⁸. É essa diferença de concepção que gera problemas e alimenta os preconceitos expressos no artigo citado anteriormente, de que negros não gostam de trabalhar, ao contrário dos não-negros, que segundo o artigo “sustentam nossa economia, gerando empregos e impostos para levar esse país avante”.

O artigo ainda sugere outra área aos quilombolas, tal qual aconteceu com outros quilombos. O “transplante” de comunidades, sejam elas quilombolas ou indígenas, tem demonstrado ser ineficaz, pois desconsidera a relação que se estabelece entre os moradores de determinada localidade e a terra em que vivem, uma vez que essa relação transcende o material e está muito mais no campo do simbólico¹⁵⁹. É só pensarmos novamente nas análises feitas até aqui. A comunidade está estreitamente ligada à terra, a história de

¹⁵⁷ GIACOMIN, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Ilha Grande**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

¹⁵⁸ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedido a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹⁵⁹ Ver RODRIGUES, M. de F. F. Terra Coletiva, Terra Comunitária: realidade ou mistificação. In: **Revista Geosp**. Universidade de São Paulo. Humanitas FFLCH/USP, março, 1998; ver também MARQUES, A. C. N. **Territórios de Memória e Territorialidades de Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). PPGG/UFPB, João Pessoa, 2009.

sua família, as dificuldades enfrentadas têm sempre como pano de fundo a terra.

A territorialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, mas sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência. Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive não tem com ela uma dependência exclusiva¹⁶⁰.

Em função da diferença de conceitos e usos da terra, ainda que a própria terra não produza o bastante para que a comunidade sobreviva materialmente, ela serve para a reprodução social da comunidade, como meio de identificação e suporte para enfrentar as dificuldades, como tem sido até aqui. É através da terra e a luta pela sua manutenção que a comunidade quilombola de Guáira tem enfrentado novas dificuldades, como o conflito com os vizinhos, que a comunidade busca manter-se unida e vem tecendo identidades para permanecer na terra, unidos por algo além do parentesco, pela negritude e o passado escravo (que remete à luta e a vitória — através da liberdade à época da escravidão e da atual atenção dedicada aos negros pelo poder público) e mais do que isso, a comunidade busca ser capaz de produzir e sobreviver da própria terra. Essa autonomia seria obtida através da ajuda do poder público, mas também de outros órgãos e pessoas, para que a comunidade possa “andar com as próprias pernas”, nos dizeres de um entrevistado, “só quer nossos direitos”¹⁶¹.

Mencionar os direitos é um aspecto bastante presente nas entrevistas e parece ser o que move as ações da comunidade. As falas trazem reivindicações, tais como ajuda municipal para construção de um barracão para instalação de uma cozinha industrial, e de forma geral, fica evidente a vontade

¹⁶⁰ LEITE. Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000. p. 344.

¹⁶¹ Entrevista com Adir Rodrigues Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guáira/PR.

de conquistar os direitos que a comunidade merece, porque “o Brasil foi construído por negros”¹⁶². Essa fala retrata bem o novo conceito de negro, que vem com o reconhecimento e os novos vínculos da comunidade, um negro que tem história, uma história pautada em injustiças e que devem ser reparadas, mas principalmente, a imagem de um negro que faz, agente de sua história e da história do país.

Ao retratar a infância, os entrevistados revelam uma visão do negro como inferior, devendo ficar no seu canto, sem frequentar festas ou ir à Igreja, ficando marcada inclusive a comparação deles com porcos (que João revela em sua entrevista, depois de um de seus primos vomitar na sala de aula e ser motivo de chacota porque comia o mesmo que os porcos no sítio de outras das crianças: quirela)¹⁶³. Essa desumanização é lembrada com dor pelos entrevistados e é constante nos discursos que visam retirar dos sujeitos seu caráter humano, colocando-os em uma posição de inferioridade, irracionalidade, selvageria.

A visão atual que os membros da comunidade tem sobre ser negro é do negro como aquele que constrói o país e, portanto, detentor de direitos, igual aos demais, independente da cor da pele. Adir afirma " a gente quer lutar por um direito que é da gente"¹⁶⁴, fala que é reforçada por João, quando perguntado sobre os direitos que o reconhecimento garante, resume quais seriam os direitos que a comunidade tem. Segundo ele,

benefícios todos...só que até hoje só tá no papel.. ééé mais vai chegando devagarzinho... vai chegando devagarzinho... mais nós tem tudo... todos os direito numa pessoa que véve bem... imhora nós já tem us papel tudo bem feitinho...qui véve bem, intão nós tem o direito...até mais... té mais...até mais nós já tem.¹⁶⁵

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Quirela é milho triturado, geralmente utilizado para alimentação de pintinhos, aves pequenas e porcos. Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹⁶⁴ Entrevista com Adir Rodrigues Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁶⁵ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

Os direitos reivindicados pela comunidade são os direitos básicos, previstos nos programas do governo federal, como o Brasil Quilombola¹⁶⁶. Eles reivindicam produzir sua própria renda, através de financiamentos, por exemplo, mas o que é mais importante é que eles reivindicam a visibilidade. Durante várias ocasiões, enquanto realizei trabalhos na comunidade como jornalista, Adir agradeceu pela oportunidade de fazer a cidade conhecer melhor a comunidade, o que para ele significava muito, ser reconhecido como quilombola, ter sua história contada sempre foi uma satisfação e parte do objetivo da comunidade.

Adir comenta em uma entrevista que “a gente não era reconhecido”¹⁶⁷, revelando justamente essa preocupação com a visibilidade, o reconhecimento com mais do que “os morenos”, que é como eles eram tratados antes. A facilidade em realizar as entrevistas com eles, também demonstra essa vontade de se tornar visível, essa abertura a qualquer trabalho que pudesse de alguma forma expor quem são eles.

Em algumas das visitas à comunidade, pudemos presenciar cursos de capoeira e artesanato com bananeira e com argila. O curso de capoeira era ministrado por um professor de Guaíra, voluntário, que ao saber da existência do quilombo, decidiu fazer uma visita e ensinar a capoeira, parte da “cultura negra”, que eles não sabiam jogar. Os cursos de artesanato foram ministrados pelo SENAR/PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, do Paraná), em consonância com a resolução do governo estadual de incentivar o “resgate da cultura negra”¹⁶⁸.

Esses cursos, somado aos depoimentos, demonstram a valorização das características negras que vem acontecendo na comunidade. Se antes o negro era inferior, agora ele passa a ser valorizado através de sua importância para a

¹⁶⁶ Programa criado em 2005, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). É uma ação conjunta entre Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Cultura/Fundação Palmares. Ele visa sistematizar as políticas públicas (a nível federal, mas contando com a participação dos governos estaduais e municipais) para as comunidades quilombolas.

¹⁶⁷ Entrevista com Adir Rodrigues Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁶⁸ Aqui mais uma vez tratada como fixa pelo poder público. Para pensar esse caráter fixo, essencial das culturas e refletir sobre a pluralidade cultural, ver HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997. Ver também: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

história do país e sua cultura, o que justifica um tratamento diferenciado do poder público, reivindicação da comunidade, além de respeito e visibilidade em relação à comunidade do entorno e também às cidades vizinhas, passando pelas escolas e universidades.

"O negro hoje é respeitado. Tem preconceito né, mas hoje a gente pode ir a qualquer lugar"¹⁶⁹ e "o Brasil foi construído por negros"¹⁷⁰ são falas que acentuam essa valorização da própria cor e história. Analisemos algumas dessas formas de valorização também através de fotografias.



Figura 4 - Prática de capoeira no barracão da Comunidade.
Fonte: Arquivo pessoal

Nessa primeira fotografia, tirada em 2007 pela pesquisadora, percebemos no primeiro plano dois meninos brincando de capoeira e ao fundo duas meninas, realizando outras atividades. Também podemos ver parte do barracão utilizado pela comunidade para suas atividades comuns. Ao fundo, temos uma faixa de identificação da comunidade em que se lê "Comunidade Quilombola (comunidade negra) Manoel Ciriaco dos Santos, Guáira-PR" e

¹⁶⁹ Entrevista com Joaquim dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 03 de junho de 2013, Guáira/PR.

¹⁷⁰ Entrevista com Adir Rodrigues Ciriaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em agosto de 2007, Guáira/PR.

também um cartaz de "Artesanato Quilombola" para identificar os objetos expostos em mesas ao redor do barracão.

Nessas mesas, vemos objetos em argila, confeccionados pelos próprios quilombolas, além da exposição de outros objetos que remetem a determinadas características que se entendem importantes a serem destacadas - como o pilão e objetos de ferro, argila e madeira, utilizados antigamente pela família. Outro importante elemento nessa imagem é o piso, ainda de pedra brita, cuja transformação ao longo dos anos analisaremos detalhadamente adiante. Também vemos ao fundo, à direita, fibras de bananeira em processo de secagem, que são utilizadas pela confecção de artesanato - expostos na parede à esquerda da imagem.



Figura 5 - Aula de capoeira na Comunidade com o mestre Djalma.
Fonte: Arquivo pessoal

Já nessa foto, da mesma data da fotografia anterior, vemos em primeiro plano o líder da comunidade e o professor Djalma (calça preta e branca) praticando capoeira. Ao fundo, vemos adultos e crianças da comunidade, além de visitantes participando da roda de capoeira.



Figura 6 - Membros da Comunidade Quilombola, mestres de capoeira e vizinhos após aula de capoeira.

Fonte: Arquivo pessoal

Na imagem 6, também registrada na mesma data das duas anteriores, dessa vez posada, vemos os membros da comunidade quilombola, dois professores de capoeira e visitantes. Todos se reuniram depois da roda de capoeira para registrar a visita. Ao fundo, podemos ver detalhadamente a exposição de artesanatos com fibra de bananeira, aprendidos durante curso com Senar/PR.



Figuras 7 e 8 - Prática de capoeira durante visita do Colégio Estadual Wilson Joffre, de Cascavel.

Fonte: www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos. Acesso em novembro de 2014.

As fotografias 7 e 8 são de uma visita de uma escola à comunidade, realizada em 2013. Em ambas, percebemos os membros mais jovens da

comunidade praticando capoeira, ao centro, enquanto os visitantes sentam em bancos ao redor da roda de capoeira. A roda de capoeira é composta apenas por quilombolas, sentados ao chão. Percebemos a permanência da exposição de artesanato em fibra de bananeira na parede, mas há agora vários cartazes, com referências à trajetória histórica da família, além de referências ao dia da consciência negra e outros cartazes com frases, que analisaremos adiante.

As três primeiras fotografias, tiradas no ano de 2007, são do curso de capoeira já relatado nesse trabalho. A capoeira, bem como outras práticas (como o curso de artesanato), é utilizada pela comunidade como indicador de identidade. A capoeira começou a ser realizada apenas com a presença do professor e depois se tornou parte do roteiro das visitas realizadas por escolas na comunidade. Sobre a prática, Adir relata que "a gente foi perdendo nossa cultura né... Mas hoje temos a oportunidade de resgatar nossa cultura. Hoje a capoeira é tudo pra nós. Em todas as visitas que recebemos tem uma roda de capoeira"¹⁷¹. Está muito presente nessa fala a ideia de uma cultura negra fixa, que é possível resgatar, uma essência de ser negro, baseada em elementos como a capoeira. Para a comunidade, esse resgate de sua cultura é mais uma forma de legitimar sua reivindicação como quilombola. Nas visitas de escolas à comunidade, a capoeira é parte obrigatória da programação, servindo como que para autenticar a negritude do grupo. Novamente através de um conceito de cultura que é fixo. As duas últimas fotografias são de uma dessas visitas.

Essa fala em que percebemos a noção de cultura fixa também já podemos notar na fala do mestre de capoeira Djalma¹⁷², já analisada. A operação de buscar o resgate da cultura é uma "ilusão do retorno ao passado"¹⁷³, como afirmou Maria Bernardete Ramos Flores, através da qual os "fazedores de festa" de sua pesquisa ou os "fazedores de capoeira", na presente pesquisa, buscam juntar elementos de sua história para legitimar suas reivindicações. Com isso, eles construíram um presente de lutas, direitos e sobrevivência.

¹⁷¹ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaira/PR.

¹⁷² Entrevista com Djalma Mariano da Silva, concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 30 de setembro de 2007.

¹⁷³ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Apresentação. In: SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999. p. 13.

Outro exemplo desse processo está na apropriação de termos e acessórios definidos como afro. As mulheres tem feito uso de tranças afro, alguns homens usam colares étnicos, além de observamos o aumento do uso de expressões como "axé"¹⁷⁴, por exemplo.



Figura 9 - Fotografia de moradora da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos

Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos, acesso em novembro de 2014.

Na figura 9, vemos em primeiro plano dona Eva, quilombola, moradora da comunidade. Ela adotou tranças étnicas e também é responsável por trançar os cabelos das demais mulheres da comunidade. Ao fundo, observamos um pilão, materiais em ferro, utilizados no trabalho no campo, um livro de registro de visitas, adotado pela comunidade quando passaram a receber um maior número de visitas de escolas e universidades. Também vemos um cartaz com fotografias de importantes personalidades negras, como o presidente norte-americano Barack Obama e jogadores de futebol de sucesso, como Pelé, além de imagens de escravos, possivelmente retratando as trajetórias negras na sociedade, desde a escravidão até as histórias consideradas vitoriosas, e que servem para a valorização do negro.

¹⁷⁴ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaira/PR.



Figura 10 - Aula de artesanato com fibra de bananeira, ministrada pelo SENAR/PR.

Fonte: Arquivo pessoal

Na figura 10, em primeiro plano vemos dois quilombolas trabalhando com fibras de bananeira, durante curso do Senar/PR. Ao fundo, outro casal também trabalha com as fibras. Podemos perceber visitantes no canto esquerdo. No centro da fotografia, de boné verde e casaco marrom, vemos uma mulher quilombola com as tranças étnicas, adotadas pela maioria das mulheres da comunidade.

Observamos nessas duas fotos como as mulheres têm usado tranças consideradas afro, etnicamente ligadas às populações negras. Como uma forma de marcar sua diferença em relação aos não-negros. Esses elementos étnicos, tal qual a capoeira, são utilizados para marcar a identidade que se reivindica.

Mas ainda há outros aspectos relevantes da identificação que esse grupo tem realizado sobre si. A comunidade é toda organizada em torno de um barracão, que é um centro comum a todos, onde são realizadas as aulas ministradas pelo Estado (na modalidade APED - Ação Pedagógica Descentralizada, vinculada ao CEEBJA de Guaíra), as visitas de turistas, as rodas de capoeira e confraternizações dos moradores. Enfim, é um espaço de convivência, de vida social da comunidade.

Não foi possível determinar quando o barracão foi construído, mas é possível perceber que sua importância foi crescendo para a comunidade ao longo do tempo. O chão do barracão era de chão batido, depois recebeu pedra brita (fotos 4, 5 e 6) e depois foi feito um piso de cimento no local, bem como foi instalada uma cerca (7, 8 e 11). Essas mudanças evidenciam como o espaço passou a ter novas funções para o grupo.



Figura 11 - Barracão na Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos.
Fonte: Arquivo pessoal

Na fotografia 11, vemos uma fotografia do barracão da comunidade, também tratado como sede, e muito utilizado para atividades comuns. Além dos cartazes e da exposição de artesanatos, vemos agora um quadro escolar e carteiras escolares, utilizados nas aulas modalidade EJA, e também o veículo da comunidade, doado, que é guardado nesse espaço e utilizado para o transporte dos produtos da horta para a cidade. Atrás do quadro escolar, há uma estante, onde são expostos objetos, em uma espécie de museu da comunidade.

O barracão representa esse universo coletivo da comunidade e nele podemos observar vários elementos de uma construção identitária, marcada pela tentativa de um resgate histórico e cultural (lembrando o caráter imutável de cultura para esse grupo).

2.3 FUTURO: CONSCIÊNCIA, SONHO E NAÇÃO

O entrelaçamento de temporalidades está sempre presente nas falas analisadas durante esse trabalho. Assim como o grupo busca, através de uma rememoração do passado, legitimar suas lutas presentes, ele também busca criar um projeto de futuro, em que a consciência de sua história e de suas lutas possa concretizar o sonho de construir uma nação igualitária. Nesse subcapítulo, analisaremos alguns elementos que nos permitiram enxergar essa perspectiva de futuro, presente nas narrativas, orais ou não, da comunidade quilombola Manoel Ciríaco dos Santos.



Figura 12 - Exposição de cartazes e artesanato em fibra de bananeira no barracão da Comunidade.

Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos, acesso em novembro de 2014.

Na figura 12, podemos observar a exposição de artesanato em fibra de bananeira, fruto de curso ministrado pelo SENAR/PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, do Paraná), na comunidade, visando geração de renda. A opção pelo curso trazido pela SENAR se dá, como vimos, pela ideia de gerar renda nas comunidades tradicionais respeitando suas características específicas. Nesse caso, o artesanato é identificado como quilombola e a

intenção do curso seria resgatar uma cultura negra. Assim como para a comunidade, para o poder público (aqui representado pelo SENAR) cultura é entendida como imutável, essência de um determinado grupo e, portanto, é possível e fundamental resgatá-la.

Juntamente com as peças de artesanato, observamos uma faixa ressaltando o Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro.

O culto da Mãe Preta, visto como símbolo da passividade do negro, passou a ser execrado. O 13 de Maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de Novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, "Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou".¹⁷⁵

O dia 20 de novembro simboliza a resistência, a agênci da população negra em oposição à aparente passividade do dia 13 de maio. Essa foi uma data conquistada através do movimento negro e expressa as referências da comunidade e a posição na qual ela se coloca, resistindo e agindo, tal qual Zumbi dos Palmares¹⁷⁶.

No canto superior direito da figura 12, podemos visualizar uma árvore genealógica. Desenvolvida pelos quilombolas, com apoio do GT Clóvis Moura e Emater (Empresa Paranaense de Assistência Técnica Rural)¹⁷⁷, ela objetiva traçar o histórico da família desde seus bisavós escravos, legitimando assim a reivindicação de uma identidade quilombola através desse passado ressignificado.

Ainda na figura 12, vemos um cartaz com os dizeres: TEMOS UM SONHO: "Que um dia os negros vivam em uma nação onde não sejam julgados pela cor da sua pele, mas pelo seu caráter". A frase é inspirada no célebre discurso de Marthin Luther King, no qual fala sobre o sonho de igualdade entre brancos e negros. A escolha dessa mensagem mostra o desejo

¹⁷⁵ DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007. p.115.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaira/PR.

da comunidade por igualdade e também a busca por expor que atualmente a situação é de desigualdade, ao contrário do que comumente se afirma.

Já verificamos como o barracão central da comunidade foi assumindo maior importância e um caráter coletivo, dessa forma passamos agora a análise de outros elementos presentes nesse espaço. As figuras 13, 14, 15 e 16 são de fotografias de elementos que buscam trazer para o espaço coletivo da comunidade vestígios materiais de seu passado.



Figura 13 - Fotografias dos patriarcas Manoel (que dá nome à comunidade) e sua esposa Ana. Em exposição no barracão da Comunidade.

Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos, acesso em novembro de 2014.

A figura 13 mostra as fotografias do senhor Manoel Ciriaco dos Santos e sua esposa Ana Rodrigues, patriarcas da família Ciriaco. Nascidos em Minas Gerais, eles representam o elo mais forte da comunidade com esse passado escravo da família. Ainda que nenhum deles tenha sido escravizado, é através de suas memórias que a família nascida no Paraná, em sua maioria, ou em São Paulo, rememora a trajetória negra escrava. Tal qual na árvore genealógica da figura 12, nesse caso também é a família que vai legitimar a reivindicação identitária do grupo.



Figura 14 - Objetos em ferro e argila expostos no barracão da Comunidade.
Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos,
acesso em novembro de 2014.

Na figura 14, observamos utensílios de ferro utilizados para atividades domésticas e agrícolas no passado (ferro de passar roupa, caldeirões para fazer comida e ferramentas para o trabalho na lavoura).



Figura 15 - Objetos em argila expostos no barracão da Comunidade.
Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos,
acesso em novembro de 2014.

Na figura 15, há peças em argila, aparentemente também usadas para tarefas domésticas, como cozinhar e/ou armazenar alimento.



Figura 16 - Pilão para moagem de grãos, exposto no barracão da Comunidade.

Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriaco_dos_santos, acesso em novembro de 2014.

Já na figura 16, vemos um pilão, utilizado na moagem de grãos, como o milho. Todos esses elementos são trazidos a esse espaço com o objetivo de demonstrar como era o passado desse grupo, através dos vestígios deixados. Mais uma vez, vemos aqui o passado legitimando as reivindicações do grupo como etnicamente diverso para o futuro.

A opção pela exposição desses objetos nos remete à discussão prévia sobre o conceito de quilombo. Embora seja possível afirmar que quilombo não se refere apenas a “resíduos arqueológicos de ocupação atemporal ou de comprovação biológica”¹⁷⁸, uma vez que os quilombos ou remanescentes de quilombos se constituíram para além do período da escravidão, o quilombo foi reconceituado como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe

¹⁷⁸ Grupo de Trabalho “Comunidades Negras Rurais”/ABA. “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, Associação Brasileira de Antropologia”, 1994.

descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”¹⁷⁹.

Dessa forma, a escolha de elementos que remetam ao passado, evidenciando aspectos da reprodução cultural e material do grupo, parece nos revelar as concepções que pautam todo o movimento de construção identitária que visualizamos no interior do grupo em análise.



Figura 17 - Cartaz sobre a trajetória histórica da família Manoel Ciríaco dos Santos.

Fonte: http://www.wilsonjoffre.com.br/comunidade_quilombola_manoel_ciriacosantos, acesso em novembro de 2014.

A constituição do passado, como forma de legitimar as reivindicações presentes, também pode ser vista no banner sob o título "Trajetória Histórica da Família Manoel Ciríaco dos Santos". Nele podemos ver essa trajetória linear, que remonta desde a vinda dos antepassados da família da África para a América, para o trabalho escravo no Estado de Minas Gerais. Logo após,

¹⁷⁹ Idem.

indica a migração para São Paulo e depois para o Paraná, onde a família se fixou na cidade de Guaíra e hoje se autointitula como Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos. O banner foi confeccionado a partir dos relatos dos membros da família residentes na comunidade, com apoio novamente do GT Clóvis Moura e Emater (Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Paraná). Podemos notar que, diferente do tempo das narrativas dos entrevistados, essa é uma temporalidade linear, cronológica, e espacialmente definida. Na fala dos entrevistados, percebemos um ir e vir de temporalidades, em que a família e suas memórias são o núcleo das narrativas, sendo a temporalidade e especialidade fragmentadas.

A valorização da negritude e o desejo de visibilidade expresso pelos quilombolas pode ser ilustrado com a fala de um militante do movimento negro, William Barbosa, entrevistado pelo Jornal Rio Paranazão¹⁸⁰, de Guaíra, quando esteve visitando a Comunidade Manoel Ciriaco, a respeito da disputa de terras na localidade de Maracaju dos Gaúchos. Em uma das poucas publicações sobre a problemática, o jornal dá voz a William, que não é da comunidade, mas que parece ser considerado como uma fala autorizada sobre o tema.

Ele afirma: “Tudo aquilo que nós não conhecemos gera um pouco de medo. Ninguém conhece o que é a questão quilombola, ninguém conhece a questão racial no município. Até agora!¹⁸¹”. William veio para Guaíra, segundo ele, na mesma entrevista, para ajudar a cidade a compreender o que são quilombolas, fazendo com a comunidade quilombola "seja vista pela sociedade". Fica claro que essa visibilidade é um desejo constante da comunidade, mas podemos ir mais longe refletindo que é um desejo construído a partir do contato com o movimento negro, que tem como um dos objetivos valorizar e permitir o reconhecimento da importância dessas comunidades quilombolas, com o objetivo de, através de um grupo unificado e ciente de sua história, reivindicar, junto aos municípios e estados, recursos previstos pelo governo federal.

¹⁸⁰ Jornal impresso de Guaíra desde a década de 1990, passando por diferentes proprietários, dentre eles políticos. Na época da publicação, e ainda hoje, ele é gerenciado por um empresário local, sem vínculo declarado com grupos políticos, mas cujas opções editoriais deixam entrever seus interesses, vinculados aos grupos mais economicamente abastados da cidade. Nesse caso, não os quilombolas, mas os proprietários das terras vizinhas à Comunidade quilombola.

¹⁸¹ Terras no Maracaju dos Gaúchos geram discussão entre agricultores e quilombolas. **Jornal Rio Paranazão**, Guaíra, ano 12. n. 627, p. 05, 24 de julho de 2009.

Mas essa visibilidade tão desejada pela comunidade também trouxe conflitos, especialmente com os proprietários de terras vizinhas, conforme veremos no próximo capítulo.

A Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco vem experimentando um processo de reconstrução identitária desde que foi reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, adotando uma postura diferente em relação a si mesmos e aos outros, refletindo sobre a forma de tratamento anterior e atual, enfim, refletindo sobre si e sobre aqueles com quem se relaciona.

Remetendo a epígrafe que abre as reflexões desse capítulo, as fontes demonstraram que as identidades são fruto da interação com o outro, da negociação e construção constantes, entre como me vi/vejo, como sou visto/tratado, e como gostaria de ser visto/tratado. É no contato com o outro que se processa a construção das identidades diversas, sejam étnicas, de gênero, nacionais, dentre outras.

CAPÍTULO III

CONFLITOS AGRÁRIOS E DE IDENTIDADES

Esse capítulo aborda os conflitos gerados pelo processo de estudo para titulação coletiva das terras quilombolas. Analisamos como o assumir-se negro quilombola passou a ser visto como um problema para determinados grupos do município, acentuando marcadores de diferença. As fontes utilizadas são orais, mas também jornais escritos e processos do Judiciário, resultantes de ameaças e agressões sofridas durante o período de maior conflito na região.

As entrevistas realizadas durante essa pesquisa permitiram visualizar diversas questões. Ficou claro que a comunidade em análise tem passado não apenas por conflitos de caráter identitário, mas também agrário. É a partir do momento em que a comunidade se assume como quilombola e, portanto, como detentores de um lugar social, político e cultural próprio, que se acirram os conflitos.

No verbete 'conflito de terra', Márcia Motta afirma que o conflito de terra "expressa o confronto de agentes sociais opostos em relação a entendimentos diferenciados e, portanto, conflituosos em relação ao direito à terra"¹⁸². Como vimos, a comunidade quilombola Manoel Ciríaco dos Santos tem expressado um conceito de terra diferente do conceito de terra dos produtores rurais vizinhos. Nesse capítulo, retomamos e aprofundamos essa questão.

É necessário refletir primeiramente sobre os conceitos possíveis acerca da terra e seus significados. Podemos fazer duas importantes distinções: terra como dinheiro e terra como vida. A terra pode ser vista como uma mercadoria, cuja função é produzir a partir de uma lógica de mercado, sendo assim a relação que se estabelece com ela é de produtividade, rentabilidade, propriedade privada, dinheiro. Ou a terra como vida, condição primeira para

¹⁸² MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.123.

reprodução física, social e cultural de determinados grupos, propriedade coletiva, cuja função está ligada à manutenção de grupos/famílias, fugindo à lógica da produtividade para o mercado.

Para exemplificar essa distinção, vejamos o binômio agricultura familiar versus agronegócio/agroindústria¹⁸³. Os conceitos de agronegócio e agricultura familiar também são instrumentos políticos, e estão em constante disputa. Tendo isso em vista, o processo de modernização do campo¹⁸⁴, com a mecanização e produção e utilização de insumos, por exemplo, modificou a forma de lidar com a terra, da qual se espera uma produtividade capaz de gerar lucros.

Ao passo que a agricultura familiar surge como um conceito que abarca os demais produtores rurais, que estão à margem dessa perspectiva do agronegócio. Como categoria analítica, a agricultura familiar engloba também a agricultura de subsistência, ou seja, "de orientação do uso de fatores de produção por referências marginais aos princípios de mercado" e também a economia camponesa, um "modo de produzir orientado por objetivos e valores construídos pela vida familiar"¹⁸⁵.

Abordaremos, a seguir, como esses elementos utilizados como indicadores de identidade e de diferença estão presentes em documentos produzidos sobre a comunidade, em narrativas dos que se denominam quilombolas e de pessoas contrárias à constituição do quilombo.

183 Ver SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Ver também: KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 215 - 228, maio/ago 2012.

184 Por modernização do campo, entendemos tanto as mudanças técnicas como o uso de maquinários e insumos, como a mudança nas relações sociais de produção, tendo a agricultura, a partir da década de 60 no Brasil, adquirido contornos mais vinculados à lógica capitalista, à economia mundial. Para uma síntese histórica do processo de modernização da agricultura, ver SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008; ver também MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 03, Brasília: IPEA, 1990. Sobre os impactos do processo de modernização, ver MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 03, Brasília: IPEA, 1990; ver também BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto de 2006.

185 MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.23.

3.1 A QUESTÃO DA TERRA A PARTIR DOS LAUDOS ANTROPOLÓGICOS E DOS QUILOMBOLAS

Dois laudos antropológicos tem como objeto a Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. O primeiro deles foi realizado por docentes da UNIOESTE, através de convênio com o INCRA (26581/2009) e o curso de Ciências Sociais da instituição. A pesquisa foi realizada entre 15 de janeiro de 2009 e 31 de outubro de 2010 e teve a participação de docentes e acadêmicos da universidade. O laudo não reconheceu a comunidade como quilombola e foi rejeitado por ela¹⁸⁶. Um segundo laudo foi contratado e está sendo executado pela empresa Terra Consultoria em Engenharia e Meio Ambiente, através do contrato 26200/2011.

Em artigo publicado por integrantes da equipe de trabalho responsável pelo laudo¹⁸⁷, podemos encontrar importantes objetos para análise. O laudo se pautou na metodologia de observação participante e não reconhece a comunidade como quilombola, mas como autodenominada quilombola, o que foi rejeitado pela comunidade. Nesse artigo, podemos visualizar como as formas do uso da terra diferem da lógica do agronegócio.

Constatamos que esta Associação tem como principal atividade econômica de subsistência o cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, batata doce, pimenta, hortaliças, recentemente ervas medicinais, além disso, criam porcos e aves para consumo próprio e venda.

Ao passo em que percebemos nas propriedades rurais da região uma produção que segue a lógica da agroindústria, nas terras de propriedade da comunidade quilombola, observamos um uso voltado para a subsistência, com produtos que são utilizados diariamente para alimentação da comunidade, e que, mais recentemente, também estão sendo utilizados como fonte de renda,

186 HOFFMANN, Cláudia. **Fronteiras de um quilombo em "construção"**: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos - Guaíra/PR. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Foz do Iguaçu, 2012.

187 CABRAL, Ana Cristina Bochnia; HACKBARTH, Andréia Cristina; NEVES, Franciele Cristina; SOUZA, Gislene Costa; BISCOLI, Roberto; PONTES FILHO, Antônio Pimentel. Etnografia de uma comunidade autodenominada quilombola no município de Guaíra/PR. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**, 4, Maringá/PR, 2009. Anais. P. 2297-2302.

através de convênios com os governos municipal e estadual. É importante reforçar que a comunidade reivindica a emissão do título coletivo de terra, o que também marca uma diferença em relação ao caráter da terra.

A realização desse primeiro laudo antropológico na região, com objetivo de emissão de título coletivo das terras quilombolas, gerou a notificação dos proprietários de terra vizinhos. Se num primeiro momento os quilombolas eram tratados como os "morenos"¹⁸⁸ e sua mão-de-obra era utilizada nas terras do Maracaju dos Gaúchos, a possibilidade de perda de terras por parte dos produtores vizinhos à comunidade torna as relações entre quilombolas e demais moradores da localidade insustentável. Cabe ressaltar que a titulação coletiva não necessariamente implica na desapropriação de terras em favor das comunidades quilombolas.

As falas dos quilombolas afirmam que sempre houve discriminação contra eles. Mas durante o ano de 2009, houve várias manifestações desse acirramento do conflito entre quilombolas e demais moradores da região. Esses conflitos deram origem a alguns dos processos que analisaremos nesse capítulo, buscando demonstrar em que medida a reivindicação de uma identidade pautada na luta pela terra tem se mostrado.

Em 30 de setembro de 2009¹⁸⁹, agricultores da comunidade do Maracaju dos Gaúchos fizeram três funcionários do INCRA reféns, durante 5 horas. De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal,

os funcionários públicos Federais do INCRA Cláudia Kacharouski e Rodrigo Camargo de Andrade Pinto dirigiam-se à Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, ao fito de realizar levantamento agroambiental e consequente relatório antropológico da área ocupada pelos quilombolas¹⁹⁰.

E ainda:

antes mesmo de chegarem à área de estudo, foram abordados por um grupo de proprietários rurais os quais se opuseram à execução do ato legal, qual seja, a realização do levantamento agroambiental, porquanto, em estado de exaltação, cercaram a viatura da autarquia federal (...). (...) a oposição

¹⁸⁸ Expressão utilizada em diálogo informal com moradores do Maracaju dos Gaúchos.

¹⁸⁹ De acordo com denúncia do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/umuarama%20-%20quilombolas%20-%20denuncia.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

¹⁹⁰ Idem.

supramencionada foi perpetrada pelos denunciados mediante o emprego de constantes graves ameaças, pois afirmavam reiteradamente que os funcionários do INCRA não seriam tão bem recebidos da próxima vez, chegando ao ponto até de dizer que para trancar todos no veículo e atear fogo não “custaria” nada¹⁹¹.

No episódio em questão, os agricultores teriam realizado sérias ameaças aos funcionários do INCRA, impedindo totalmente seu acesso e solicitando a presença da imprensa como condição para libertar os funcionários.

Mas esse não foi o único episódio de sequestro e ameaça que foi denunciado às autoridades locais. Em 19 de outubro de 2009, outra situação similar foi registrada.

é o caso de determinado funcionário/motorista do INCRA que, em 19.10.2009, após realizar a entrega de cestas básicas na Comunidade, fora intimidado por inúmeros agricultores que fecharam a estrada com tratores, os quais diziam que iriam ‘botar fogo’, sendo que o funcionário somente foi liberado após a chegada da Polícia Federal no local (f. 264). Deveras, até mesmo gasolina foi jogada no veículo do INCRA, para efeito de intimidação¹⁹².

Também nos foram relatados pelos quilombolas durante conversas informais outros casos de sequestro, ameaça ou intimidação de terceiros, especialmente funcionários públicos que estivessem em visita à comunidade para realização de trabalho de levantamento antropológico para realização do trabalho de titulação das terras.

Embora essas ameaças e intimidações estejam situadas no tempo presente, as entrevistas nos permitiram ir além nas afirmações acerca da questão de discriminação, preconceito racial, etc, já que os relatos sobre a

¹⁹¹ De acordo com denúncia do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/umuarama%20-%20quilombolas%20-%20denuncia.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

¹⁹² Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, em face da União, INCRA, Estado do Paraná e Município de Guaíra/PR, com data de 04 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/ACP%20Quilombolas%20Guaira.pdf>. Acesso em: agosto de 2014.

chegada da família na região já mostram o estranhamento entre os grupos etnicamente distintos, moradores da localidade¹⁹³.

Na entrevista citada na página 32, José Maria fala sobre a discriminação sofrida pela família, ao não poder frequentar os espaços da igreja e do salão de baile do Maracaju dos Gaúchos. Essa fala expressa importantes elementos de análise. Ao nos apontar os espaços da religiosidade, do lazer e da morte, José Maria nos demonstra quais são os lugares aos quais ele dá maior importância e evidencia que foram nesses espaços em que o preconceito se manifestou de forma a marcá-lo. São nos espaços de convivência, onde deveriam se manifestar as igualdades de classe, cor, gênero, que essas diferenças são mais marcadas. É com amargura que ele relata que um companheiro foi enterrado fora do cemitério, local historicamente construído como sagrado, especialmente pelas populações tradicionais.

Outro espaço de convivência também é destacado nas entrevistas como espaço de discriminação: a escola. Em um dos relatos, "Teve vez de eles chamar a gente de macaco, de mandar voltar de onde a gente tinha saído"¹⁹⁴, e também

no começo aqui no Maracajú tinha muita discriminação...tinha muito mesmo. As crianças ria muito da gente, ria bastante... falava que a gente não tinha roupa pra gente vesti... Então a gente chegava em casa e reclamava com pai né, que a gente não tinha a roupa e as criança ria da gente...só que ele não podia fazer nada e a gente não cobrava muito dele porque ele também não tinha pra dá pra gente... e foi anos e anos assim...¹⁹⁵

Além do preconceito étnico, é evidente o preconceito de caráter social, uma vez que tanto a diferença de cor, como a diferença nas roupas são motivos para que a família sofra com ofensas na escola. Na mesma entrevista, ainda é possível perceber um preconceito que podemos chamar de cultural.

minha mãe socava no pilão o milho né e fazia uma quirelinha, tipo uma canjiquinha pra gente come pra gente ir pra aula, não tinha comida mesmo...aí um primo meu que morava aqui perto

¹⁹³ Vide entrevista de José Maria e João Ciríaco dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR, p.32

¹⁹⁴ Entrevista de Adir Rodrigues dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo, em 10 de agosto de 2007, Guaíra/PR.

¹⁹⁵ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

passou mal na escola... aí deu ânsia de vômito e um menino que tava do lado falou: Ai meu Deus, credo, ele é igual o porco do meu pai! Eles comem quirela! Aí eu falei pra ele é um costume que a gente tem né... (...) então até hoje parece que tá gravado na minha cabeça né... daquele menino ter falado aquilo com a gente... que a gente era a mesma coisa que o porco do pai dele né... então a gente tem isso na cabeça... a gente tem isso na cabeça ainda... foi sofrido¹⁹⁶

Nesse episódio narrado por João percebemos mais uma vez como as diferenças estão marcadas entre os grupos da localidade. Os hábitos alimentares são diversos tanto pela origem étnica dos grupos, quanto pela divisão de classes social. Enquanto para os quilombolas é um hábito (e/ou falta de opção) comer milho socado no pilão, para seus colegas de classe esse alimento só é admissível aos porcos (retirando assim o caráter humano dos quilombolas, conforme já refletimos anteriormente). No trecho final desse relato, João reafirma repetidamente como essa fala que os compara a porcos ficou gravada em sua cabeça.

Uma reflexão é importante nesse ponto para pensar nessa pesquisa de forma geral. A afirmação do ser negro não nos parece a opção mais cômoda ao grupo, uma vez que se definir como tal é carregar consigo todas essas memórias de uma imagem negativa sobre o ser negro, como aquele que não podia frequentar os mesmos lugares que os brancos, que não tinha condições de vestir ou comer como seus colegas de classe, que esteve excluído do local em que reside por anos. O estranhamento que já visualizamos em outras falas demonstra isso, essa resistência em reconhecer-se como negro quilombola.

Apesar da afirmação de que "no começo aqui no Maracajú tinha muita discriminação"¹⁹⁷, em outra entrevista o mesmo entrevistado afirma anos depois que "Tem muito pai que manda filho xingar a gente. O mesmo que passamos quando era criança, nossos filhos estão passando agora"¹⁹⁸.

Décadas separam a infância de João da infância de seus filhos e, apesar disso, a discriminação se repete, dessa vez exaltada pela questão fundiária.

¹⁹⁶ Entrevista com os irmãos José Maria e João Ciríaco dos Santos, concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé, em 30 de agosto de 2008, Guaíra/PR.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

3.2 IMPRENSA LOCAL E O CONFLITO ENTRE QUILOMBOLAS E NÃO-QUILOMBOLAS

O Jornal Ilha Grande¹⁹⁹, em sua edição de 14 de novembro de 2009, veiculou artigo assinado por um "advogado e parte notificada por ser herdeiro das terras pretendidas"²⁰⁰, como ele mesmo se descreve. Sob o título "A comunidade do Maracajú dos gaúchos quer a verdade dos fatos", o autor analisa a situação da reivindicação quilombola pelo estudo de terras.

Ele inicia seu texto se propondo a analisar o pedido da comunidade quilombola repassado ao INCRA. Antes disso, ele questiona a legitimidade da titulação como comunidade quilombola que

merece análise criteriosa quanto aos seus requisitos instituidores dados a inexistência de qualquer quilombo na localidade de Maracaju, mesmo porque a abolição da escravidão se deu em 1888 e o patrimônio do Maracaju teve seu embrião nos anos de 1957²⁰¹

Aqui chamo a atenção do leitor para a discussão sobre a reconceituação do termo remanescente de quilombo, visando abarcar realidades como a do grupo em análise. O autor do artigo, assim como os quilombolas, como vimos até aqui, se utiliza da história para embasar sua reivindicação, de que a comunidade em questão não é quilombola. Pois ali nunca existiu um quilombo. Por outro lado, os quilombolas utilizam justamente a história de sua família para reivindicar sua identidade negra, quilombola, como analisamos no 1º capítulo dessa dissertação.

Através da solicitação de estudo, a comunidade quilombola visa a emissão de titulação coletiva de suas terras e o reconhecimento como quilombolas. Embora esse seja o pedido expresso no documento encaminhado pela comunidade ao INCRA, o autor do artigo²⁰² acusa o Instituto de querer desapropriar os pequenos proprietários das redondezas, em favor dos

¹⁹⁹ Jornal impresso mais antigo em Guaíra, datando de 1980, é veiculado semanalmente, com tiragem de 2000 exemplares. Pertence à família Eloy Foletto, tradicional no município.

²⁰⁰ GIACOMIN, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Ilha Grande**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

²⁰¹ Idem. Para maiores informações sobre a colonização da região, ver GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra**, um mundo de águas e histórias. 1. ed. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008. v. 1100.

²⁰² Idem.

quilombolas. Para Giacomini, o pedido enviado ao INCRA deve ser feito para que “as terras sejam demarcadas segundo os títulos que possuem por ser mais que o suficiente a desenvolver as atividades que desenvolvem”²⁰³ e ainda diz aos quilombolas que “se restrinjam tão e somente as terras adquiridas pelo Sr. Manoel”²⁰⁴. O autor usa esse tom acusatório, muito embora não haja menção a aumentar as terras quilombolas, mas a demarcar e titular as terras já ocupadas, com o objetivo de tornar as terras coletivas.

O autor do artigo ainda cita o arrendamento, dizendo que se ele acontece é porque, certamente, os quilombolas não precisam das terras, insinuando que o interesse é capitalizar a terra aos “Branco”²⁰⁵. Nas palavras dele, “a falta de terra para o trabalho não serve como tese para os Requerentes já que possuem aproximadamente onze alqueires e arrendam aproximadamente seis alqueires aos vizinhos”²⁰⁶.

Em relação ao arrendamento, uma entrevista lança outro olhar sobre o tema. Segundo Adir,

a gente chegou a 80 pessoas... umas treze, catorze casas... a gente pegava terra arrendada dos outros, porque era pouca terra para muita gente... e chegando uma época não deu mais prá ficá aqui porque entrou uns maquinário e as pessoas não arrendava mais terra pra ninguém... aí foi onde que foi espalhando o pessoal²⁰⁷.

O arrendamento de terras²⁰⁸ pode-se dar pelos mais variados fatores, seja pela falta de mão-de-obra e/ou maquinário, pela impossibilidade financeira de produzir na própria terra, dentre outros. Dessa forma, nos parece problemática a tentativa de desqualificação do grupo por arrendar suas terras, como justificativa para a ausência de necessidade de mais terras.

O autor afirma ao longo do texto que a comunidade de Maracaju dos Gaúchos está revoltada e solicita ao presidente da comunidade quilombola "convocar uma assembleia extraordinária, expor o problema criado e retificar o

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ GIACOMINI, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Rio Paranazão**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaíra/PR.

²⁰⁸ Sobre arrendamento, ver verbete em *MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.40.

pedido junto ao INCRA, caso isso não ocorra a 'guerra' continua e a PAZ pretérita na Comunidade estará longe de se restabelecer"²⁰⁹. Como vimos anteriormente, nas denúncias encaminhadas pelo Ministério Público Federal, referentes a ameaças, também no artigo podemos confirmar a intensidade do conflito que se constitui no local, chamado pelo autor de guerra, em tom de ameaça, já que, caso não sejam cumpridas suas exigências, não haverá mais paz para a comunidade.

Essa ideia de uma paz a ser reestabelecida, caso a comunidade abdique de sua reivindicação pelo reconhecimento como quilombola, e conseqüentemente, tenha suas terras estudadas e tituladas como terra de quilombo, nos remete à ideia da cidadania pelo porrete, de José Murilo de Carvalho²¹⁰. Nesse texto, o autor relata o caso do ex-marinheiro e contemporâneo da revolta da Chibata Adolfo Ferreira dos Santos, o Ferreirinha, que afirma ter aprendido o que é ser cidadão brasileiro, através das "chicotadas e lambadas". José Murilo de Carvalho conecta essa prática à época da escravidão, em que os escravos eram tratados a "pau, pão e pano" (violência, comida e roupa).

O cidadão brasileiro é o indivíduo que, na expressão de Ferreirinha, tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita.

Ao assumir um lugar social diverso do que se espera do negro (um lugar subalterno, conformado, enquadrado, ajustado) e passar a lutar por visibilidade e direitos específicos, a comunidade quilombola Manoel Ciríaco dos Santos é tida como responsável pelo estabelecimento de uma guerra, para a qual a paz só seria possível com o retorno ao seu lugar. Uma vez mais, nos deparamos com uma cidadania que se conquista não pela igualdade de direitos e oportunidades, mas pelo saber estar enquadrado no que, historicamente, se firmou como o lugar social de cada grupo.

²⁰⁹ GIACOMIN, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Rio Paranazão**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

²¹⁰ Carvalho, José Murilo de. **Pontos e bordados** – escritos de história e política. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

3.3 TERRA COMO PROPRIEDADE COLETIVA

A terra constitui um conflito entre a comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos e os demais proprietários de terra da região. Mesmo que a origem das terras da comunidade seja a compra, a posse e titulação coletiva da terra têm demonstrado não ser um processo consensual. Para os quilombolas, a terra não é lucro, status social, mercadoria. Ela é sinônimo de um conjunto de relações vividas, um meio para exercer seu modo de vida, pautado nas relações de parentesco, tradicionalmente ocupado e utilizado sob conceitos próprios.

A luta pela terra é também uma luta pelo direito de se identificar como negro, de pertencer a um território historicamente ocupado, e pleno de significado. A titulação coletiva da terra é significativa da relação tão particular que grupos, como os quilombolas, estabelecem com a terra. Nesse sentido, essa luta se engendra em diferentes campos, mas todos parecem permeados pela diferença de concepções de produção, de cultura, de vida.

Os conflitos na região deram origem a, pelo menos, 3 Ações Civis Públicas por parte do Ministério Público Federal, seja denunciando os atores dos sequestros e ameaças à comunidade, seja notificando INCRA pela agilidade nos estudos na comunidade, ou o estado do Paraná e Município de Guaíra pela garantia dos direitos básicos a ela. Em uma Ação Civil Pública²¹¹, ainda é possível ver outra ameaça:

o Presidente da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos chegou a ser alvo de ameaças de morte, sendo que em uma das oportunidades foi confeccionada uma espécie de “caixão” em miniatura com as inscrições de seu nome e uma data, provavelmente a data de sua morte.

Adir nos relatou esse caso.

A gente teve muito medo. Meus irmãos nem queria mais que eu saísse daqui, porque a gente não sabia se eles eram

²¹¹ Ação Civil Pública 5000888-10.2012.404.7017 do Ministério Público Federal, em face da União, INCRA, Estado do Paraná e Município de Guaíra/PR, com data de 04 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/ACP%20Quilombolas%20Guaira.pdf>. Acesso em: agosto de 2014.

mesmo capaz de fazer algum mal pra mim. Foi muito difícil... Além da gente estar passando dificuldade, com a falta de emprego, porque eles não aceitava mais a gente nas roça deles, ainda tinha o medo de eles fazer mal pra gente aí na estrada²¹²

O acirramento dos conflitos marca a comunidade, desde 2009, quando o trabalho de levantamento fundiário do INCRA teve início. Além do medo da violência, do sequestro, das ameaças, a comunidade foi afetada de forma profunda pela ausência de emprego. Já vimos em outras entrevistas como a comunidade é dependente do trabalho como boias-frias, para garantir o sustento de todos, uma vez que não há condições de produzir o suficiente.

Adir se queixa dessa incapacidade de produzir na própria terra em vários relatos. Em um deles, ele diz "as coisas vão modernizando, a gente vai acompanhando... E pra nós foi pior. Perdemos nossa cultura. Antes a gente tirava nosso sustento daqui e hoje a gente tem que buscar na cidade". Essa perda da autonomia do grupo é uma queixa constante e também é apresentada como um dos motivos para reivindicar políticas públicas. "A gente quer lutar por um direito que é da gente (...) ter oportunidade para andar com as próprias pernas"²¹³. Colocar-se contra a lógica do agronegócio, da terra como mercadoria, da propriedade privada individual, tem um alto preço, o preço de ser considerado atrasado, ineficiente ou incapaz de produzir. Então por que o grupo tenta se desvincular dessa lógica? O que a comunidade pleiteia é justamente a autossuficiência, a possibilidade de ser negro, pequeno agricultor, a partir de seus próprios conceitos do que é uma terra produtiva e qual a função social de sua propriedade.

Sobre a questão dos estudos realizados pelo INCRA para titulação da terra da comunidade, João afirma:

A gente não tinha conhecimento que aqui se tornaria uma área quilombola. Quando vieram (Grupo de Trabalho Clóvis Moura), nos falaram sobre buscar política pública, Realizaram um levantamento da história da comunidade. (..) Tem muita informação desconhecida sobre a questão de terras. O INCRA só está fazendo um estudo, um levantamento, mas na cabeça deles (proprietários vizinhos) a gente vai tomar o Maracaju. (...)

²¹² Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaira/PR.

²¹³ Entrevista com Adir Rodrigues dos Santos concedida a Jéssica de Lima da Silva, em 07 de outubro de 2013, Guaira/PR.

as terras dos nossos vizinhos são todas de 30 a 40 alqueires, maioria são pequenos produtores.

(...)

Chegaram a roubar o mapa do INCRA, que tinha colocado todos os nossos vizinhos né. O INCRA foi perguntando pra gente quem era vizinho nosso, quem a gente conhecia e fazendo um mapa. Era só um estudo né. Mas roubaram o mapa e espalharam, falando que a gente ia tomar tudo o Maracaju.²¹⁴

O INCRA, através do Decreto federal 4.887, de 20 de novembro de 2003 e da Instrução normativa 57, de 2009, é responsável pelo estudo para titulação coletiva de terras tradicionais. O estudo compreende uma série de etapas, ditada por essa legislação²¹⁵. No trecho da entrevista de João, percebemos que esse processo de titulação gerou uma reação violenta dos proprietários de terra da região, como pudemos observar nos processos analisados e também no artigo. A estratégia desses proprietários é espalhar boatos de que grandes áreas de terra serão desapropriadas, a fim de causar uma comoção da sociedade em torno do assunto.

As propriedades do Maracaju dos Gaúchos, apesar de não constituírem grandes propriedades, produzem para o mercado, plantando soja e milho, principalmente, conforme observamos nas fotos anteriores. A produção nas terras quilombolas é, desde a chegada deles em Guaíra, pautada na produção de subsistência, através da plantação de milho, arroz, feijão, mandioca, além de verduras e leguminosas.

É essa diferença de concepção que também alimenta os preconceitos expressos no artigo citado anteriormente, de que negros não gostam de trabalhar, ao contrário dos brancos, que segundo o artigo “sustentam nossa economia, gerando empregos e impostos para levar esse país avante”. Ao mesmo tempo, é essa concepção que garante à comunidade o acesso a terra, de acordo com o conceito de comunidade quilombola, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia, citado já no primeiro capítulo.

²¹⁴ Entrevista com João Ciríaco dos Santos, concedida a Geni Rosa Duarte e Jéssica de Lima da Silva, em 21 de janeiro de 2010, em Guaíra/PR.

²¹⁵ A saber: abertura de processo no INCRA, início de estudo para confecção de Relatório Técnico de Identificação Delimitação (RTID), período para contraditório do RTID, publicação de portaria com os limites do território, decreto presidencial para desapropriação de terras privadas, desintrusão e titulação. Um infográfico com as etapas da regularização de áreas quilombolas pode ser encontrado no link <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundriaria/quilombolas>. Último acesso: abril de 2015.

A análise das fontes e também a observação de como o tema foi tratado pela mídia na região nos permitiu perceber como a visibilidade dos quilombolas gerou conflitos com outros grupos. Ficou ainda mais claro como o campo das identidades são campos de disputa, uma vez que assumir-se negro, quilombola e reivindicar políticas públicas específicas, como a posse coletiva da terra, gerou inquietação por parte de grupos que se identificam de forma diversa.

Os conflitos de identidade e de terras estão intimamente conectados e tem assumido caráter violento em todo o país. As políticas públicas para as populações caracterizadas como “tradicionais” visam desenvolver ações específicas a esses grupos, mas sua atuação está distante de ser um consenso na sociedade, como pudemos observar nesse capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temas como racismo, discriminação, minorias étnicas sempre me inquietaram. Desde o início da graduação, esse parecia ser o caminho que eu traçaria na vida acadêmica e essa dissertação é parte desse processo.

Diversos caminhos poderiam ter sido adotados para esse estudo, mas optei por me focar na questão das identidades, inclusive porque essa é uma discussão que me toca individualmente, pois já passei por situações de discriminação étnico-racial, no ambiente de trabalho, por exemplo. A questão agrária também se evidenciou ao longo da pesquisa e buscou-se lançar questões pertinentes sobre a temática.

Um grande desafio durante a pesquisa foi conseguir desvincular a simpatia e admiração que sinto pela família da distância necessária entre objeto e pesquisadora. Não se pretendeu, obviamente, separar esses dois pólos (pesquisador/pesquisado) de forma a produzir uma pesquisa isenta, o que é impossível. Mas procurei enxergar no contato estabelecido com esses homens e mulheres em luta por seus direitos, as possibilidades de compreender os porquês dessa luta.

Apesar de todo esforço, ao findar esse texto encontro limites até mesmo frustrantes. Iniciar um trabalho desse fôlego nos enche de esperanças, objetivos, mas também de medo e sensação de incapacidade de construir algo realmente à altura de um tema tão intrigante. Outras análises são possíveis dentro de cada entrevista, dentro de cada imagem ou cada discurso da mídia. E, ainda que não seja possível esgotar todas essas possibilidades, sinto que o trabalho poderia ser ainda mais rico com a devida atenção a outros problemas, lançando novos olhares sobre as velhas fontes.

A intenção da pesquisa não foi prová-los quilombolas, mas compreender como o grupo tem se organizado ao longo do tempo, inclusive através da reivindicação de ser negro, quilombola. Não se trata de criar fórmulas e encaixar os grupos nelas, porque obviamente vários grupos estarão à margem de certas definições. Esse é o caso da comunidade em estudo.

Um dos laudos antropológicos realizados na comunidade não reconhece a “quilombolidade” do grupo, mas isso não exclui as características quilombolas

e especialmente (e aí residiu o foco desse trabalho) o interesse nessas características e a atuação dos sujeitos no sentido de incorporá-las. É preciso pensar esses indivíduos como os responsáveis pela sua história, suas definições de si. Importa analisar o grupo e seus motivos, interrogar, partir do assumir-se do grupo como negro quilombola e não provar a veracidade ou não dessa denominação, mas as formas com as quais ela se apresenta e os caminhos que levaram (e levam) a ela.

Várias dúvidas surgiram na elaboração do trabalho, especialmente porque ele pode vir a se constituir como objeto de disputa por diferentes grupos. Essa faceta política do trabalho assustou, mas também motivou algumas análises, embora talvez também tenha acanhado outras. Ao lidar com os processos de construção e reconstrução de identidades, foi possível perceber a historicidade das ações desse grupo, em determinado tempo e espaço. Ao enfrentar as insistentes afirmações de que os quilombolas, na verdade, se aproveitam de uma política para reivindicar direitos, percebemos também que não se trata de agir de má-fé, mas sim de se colocar como atores de sua própria história.

As discussões com o referencial teórico permitiram enriquecer as leituras sobre o objeto e também apontar limites dentro da abordagem da pesquisa, como a impossibilidade de ouvir os não-quilombolas. Os conceitos de identidade e diferença só são possíveis na relação com o outro, na alteridade, elas são produzidas nas relações sociais e culturais, não são elementos da natureza, essências, mas tem que ser nomeadas pela fala, por serem fruto da linguagem, e por isso mesmo respondendo aos mais diferentes sistemas de significação, sem os quais, elas não fazem sentido.

Identidade e diferença não são apenas definidas, são impostas, não convivem harmoniosamente, são disputadas, não são inocentes, mas estão associadas ao interesse em garantir o acesso privilegiado a determinados bens culturais.

Nessa pesquisa, isso ficou claro ao analisar as reações dos não-quilombolas ao processo de demarcação e titulação das terras da família Ciríaco como quilombolas, com o objetivo de emitir o título coletivo da terra. O clima de aparente harmonia entre quilombolas e não-quilombolas é transformado em um clima hostil, a partir desse momento, uma vez que os

quilombolas passam a disputar espaços mais marcados nos direitos à terra, por exemplo, mas a disputar, em igualdade, a espaços que não eram deles, mas do “grupo dominante” não-quilombola, claramente consolidado social e economicamente perante a cidade. E embora não tenha sido possível um acesso maior aos discursos dos não-quilombolas, foi possível percebê-los através dos próprios quilombolas.

É através da memória que o grupo em questão ressignifica/relê seu passado, estabelecendo um diálogo com inquietações do presente e com projetos para o futuro. A memória constitui-se como um campo de conflitos, correlação de forças, em que há sempre grupos disputando determinados espaços.

No caso dessa pesquisa, isso fica evidente tanto na postura assumida pelos quilombolas de procurar se legitimar como tal, a partir da reivindicação para si de uma identidade negra, disputando um espaço físico, mas especialmente político; como na postura dos demais proprietários de terras no Maracaju, que ao verem a ameaça do “outro” (no momento em que o INCRA começa a pesquisa para titulação da terra quilombola) reagem de forma violenta, numa tentativa de manter seu espaço, sua posição de dominação. Como a marca da família Ciriaco sempre foi o silêncio, o “ficar no seu canto”, esse “aparecer” gera incômodo e incentiva, dos dois lados, uma resposta em forma de afirmação identitária, em que um grupo se opõe ao outro para fazer uma imagem de si mesmo.

Assim, compreendo que discutir a construção da identidade quilombola não é apenas discutir como os quilombolas se veem (ou querem ser vistos), mas como eles são vistos pelo outro (não-quilombola) e como eles veem o outro. A identidade é uma disputa, como acontece no caso estudado, em que um grupo (re)constrói sua identidade, a partir da inserção em novos grupos e uma nova perspectiva de futuro, e reivindica através dela uma série de benefícios, um tratamento diferenciado.

A Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos está imersa em um contexto bastante específico e que deve ser levado em conta na interpretação de seus relatos orais. Com o objetivo de se legitimar enquanto quilombolas, foi comum ouvir relatos sobre o período da escravidão ou das línguas faladas pelos bisavós, da origem africana da família, etc. Além disso,

minha própria interferência nas entrevistas deve ser pensada, porque minha preocupação também esteve relacionada à “legitimidade” da comunidade, na medida em que me interessa a afirmação da origem negra e o porquê de ela se manifestar nesse momento e talvez não em outros. Nesse sentido, tanto pesquisado quanto pesquisador são interferências a serem consideradas na interpretação das entrevistas, porque tanto as perguntas feitas pelo pesquisador como as respostas dadas pelo pesquisado já são uma forma de interpretação.

Buscamos ao longo desse trabalho, analisar as questões relativas às identidades construídas e reconstruídas pela comunidade quilombola, percebendo as formas adotadas pelo grupo para reivindicar um novo lugar social. Pudemos visualizar o processo de transformação da família Ciriaco dos Santos em Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos e como se dá, no presente, a apropriação e ressignificação do passado, com vistas a um projeto de futuro. Os conflitos surgem nesse processo de reivindicação de um espaço físico e simbólico, em que se possa expressar livremente sua forma de viver, cultivar, adorar, se identificar.

Levando em conta o contexto a nível nacional e as entrevistas realizadas na comunidade, que expressam conhecimento de muitas dessas discussões e da legislação, parece-me pertinente pensar a relação entre apoio governamental (a partir do governo Lula) e o assumir-se como quilombola. Uma vez que o apoio governamental aparece como a única solução (ou ao menos a mais organizada) para que esse grupo se torne independente financeiramente, deixe de trabalhar para outros proprietários rurais e passe a investir nas terras conquistadas com muito sofrimento pelo senhor Manoel Ciriaco, patriarca da família, tal como eles me relatam, que veio para Guaíra na tentativa de deixar de trabalhar “para os outros”, de poder ter um pedaço de terra próprio e tirar dele o sustento.

Outro estimulante para essa pesquisa foi perceber como são retratadas as origens étnicas do município de Guaíra, excluindo determinados grupos e destacando outros. O primeiro indício dos motivos para esse quadro é que as famílias tradicionais, com poder aquisitivo alto e expressividade na sociedade são de origem "branca", por assim dizer, descendentes de italianos, alemães, migrantes do sul do Brasil, em sua maioria. De outro lado, temos grupos como

os descendentes de paraguaios, ou ainda migrantes dos Estados ao norte do país, como Minas Gerais, Bahia, São Paulo, etc. Esses últimos com menor poder aquisitivo ou sendo representados de forma inferiorizada, negativizada, em relação aos demais moradores/migrantes. A família Manoel Ciriaco dos Santos se encaixa nesse segundo grupo, cuja trajetória na história do município é menosprezada.

Realizar essa pesquisa foi também um encontro como pesquisadora e com todas as dúvidas, limites e possibilidades do árduo trabalho de pesquisa. Muitas vezes a relação que estabeleci com os quilombolas pode ter influenciado as análises de forma que eu tenha emitido juízos de valor. Entretanto, o objetivo sempre foi a não-vitimização do grupo, e sim o reconhecimento de seu papel de autor de sua própria história, conhecedor de seu passado, articulador de seu presente e construtor de seu futuro.

Uma pergunta comum que recebi ao relatar que desenvolvia uma pesquisa sobre a comunidade quilombola de Guaíra foi: mas existiu escravidão em Guaíra? Esse foi outro motivo pelo qual me interessei em desenvolver esse trabalho, a fim de poder lançar outro olhar sobre a questão das comunidades quilombolas, um olhar que seja diverso do olhar arqueológico, que descredencia grupos como a Comunidade Manoel Ciriaco dos Santos, sob o argumento de que não houve escravidão na região e que esse grupo não obedece às características tidas como inerentes aos quilombos (isolamento geográfico, etc).

Finalizar esse trabalho é, na verdade, parte do processo do próprio trabalho, uma vez que novas possibilidades foram se mostrando à medida que diferentes perguntas foram sendo lançadas.

LISTA DE FONTES

ORAIS

SANTOS, ADIR RODRIGUES DOS. História de vida. Guaíra/PR, agosto de 2007. 1 arquivo .mp3 (79 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva e Cristian Aguazo.

SILVA, DJALMA MARIANO DA. Aulas de capoeira na Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos. Guaíra/PR, 30 de setembro de 2007. 1 arquivo .mp3 (30 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva.

SANTOS, JOSÉ MARIA DOS. História de vida. Guaíra/PR, 15 de agosto de 2008. 1 arquivo .mp3 (95 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva.

SANTOS, JOSÉ MARIA DOS; SANTOS, JOÃO CIRÍACO DOS. História de vida. Guaíra/PR, 30 de agosto de 2008. 1 arquivo .mp3 (64 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva e Adriano Balbé.

SANTOS, JOÃO CIRÍACO DOS. História de vida. Guaíra/PR, 21 de janeiro de 2010. 1 arquivo .mp3 (63 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva e Geni Rosa Duarte.

SANTOS, JOAQUIM DOS. História de vida. Guaíra/PR, 03 de junho de 2013. 1 arquivo .mp3 (55 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva.

SANTOS, ADIR RODRIGUES DOS. História de vida. Guaíra/PR, 07 de outubro de 2013. 1 arquivo .mp3 (115 min). Entrevista concedida a Jéssica de Lima da Silva.

FONTES ESCRITAS DO PODER JUDICIÁRIO

Denúncia do Ministério Público Federal, em 08 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/umarama%20-%20quilombolas%20-%20denuncia.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

Ação Civil Pública 5000888-10.2012.404.7017 do Ministério Público Federal, em face da União, INCRA, Estado do Paraná e Município de Guaíra/PR, com data de 04 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/pdfs/2013/ACP%20Quilombolas%20Guaira.pdf>. Acesso em: agosto de 2014.

JORNAIS

Terras no Maracaju dos Gaúchos geram discussão entre agricultores e quilombolas. **Jornal Rio Paranazão**, Guaíra, ano 12. n. 627, p. 05, 24 de julho de 2009.

GIACOMIN, Luiz Segundo. A comunidade do Maracaju dos Gaúchos quer a verdade dos fatos. **Jornal Rio Paranazão**, Guaíra, p. 07, 14 de nov. de 2009.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto de 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

CABRAL, Ana Cristina Bochnia; HACKBARTH, Andréia Cristina; NEVES, Franciele Cristina; SOUZA, Gislene Costa; BISCOLI, Roberto; PONTES FILHO, Antônio Pimentel. Etnografia de uma comunidade autodenominada quilombola no município de Guaíra/PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, Maringá/PR, 2009. **Anais**. p. 2297-2302.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/16.pdf> . Acesso em: outubro de 2014.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados – escritos de história e política**. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural**. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Nelson_Giordano_Delgado-3.pdf. Acesso em: março de 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

FERREIRA, Rebeca Campos. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e reconhecimento, ação afirmativa ou direito étnico?. In: **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.5-22, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: maio de 2013.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FILHO, Aderval Costa; ALMEIDA, Roberto Alves; MELO, Paula Balduino. **Comunidades tradicionais e as políticas públicas**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/oficinas-de-construcao-da-politica-de-desenvolvimento-sustentavel-para-os-povos-e-comunidades-tradicionais-de-14-a-23-09/comunidades-tradicionais-texto-referencial.pdf>. Acesso em: dezembro de 2014.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Apresentação. In: SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo, Selo Negro, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel, EDUNIOESTE, 2002.

GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra**, um mundo de águas e histórias. 1. ed. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008. v. 1100.

GUSMÃO, Neusa Mendes. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. São Paulo: **Cultura Vozes**, n. 6, nov/dez de 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

HALL, Stuart. **Cultural identity and diaspora**. Disponível em: <http://www.rlwclarke.net/Theory/SourcesPrimary/HallCulturalIdentityandDiaspora.pdf>. Acesso em: outubro de 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

HARTUNG, Mirian Furtado. **O sangue e o espírito dos antepassados**. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha - PR. Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

HOFFMANN, Cláudia. **Fronteiras de um quilombo em "construção"**: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos - Guaíra/PR. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Foz do Iguaçu, 2012.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.P.2

KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. **REDES - Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 215 - 228, maio/ago 2012.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LEITE. Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Mitológicas 1. São Paulo, CosacNaify, 2004.

_____. Lévi-Strauss nos 90 voltas ao passado. **Mana [online]**. 1998, vol.4, n.2, p. 105-117.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas, 2001. 498 f. Tese. (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

MAESTRI, Mário. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 03, Brasília: IPEA, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. "Remanescentes das comunidades dos quilombos": memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil". **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, 2006, p. 104-111. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/09-hebe-mattos.pdf>

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria L. **Memórias de cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *O Que Faz A História Oral Diferente*. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 14, São Paulo, 1997.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. Pensando raça e cor com Stuart Hall: algumas reflexões a partir do significado de negro. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 3, n. 36, maio de 2004.

RAMOS, Artur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos Gomes. **Liberdade por um fio** – história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANSONE, Livio. Racismo sem Etnicidade: Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de abril de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000400003>.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. In: **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGExR - CCR - UFSM, Ano XV, nº 16, Jul - Dez de 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, nº 10, jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>> . Acesso em: 4 de janeiro de 2009.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTCZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Jéssica de Lima da. **Cultura e identidade numa comunidade quilombola**: um estudo sobre a Comunidade Manoel Ciríaco, de Guaíra, PR. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.